

**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008  
E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

## UPTICK PARTICIPAÇÕES S/A

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

Senhores Acionistas:

A Administração da Uptick Participações S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete a apreciação de Vossas Senhorias os balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas e o Parecer dos Auditores Independentes.

Tendo em vista que a Sociedade é uma *holding* não-operacional, suas demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de sua controlada em conjunto, a Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN.

#### Auditores Independentes - Instrução CVM nº 381/2003:

Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Uptick Participações S.A., contratou a Performance Auditoria e Consultoria Empresarial para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a qual não se prestou nenhum outro serviço não relacionado a essa auditoria.

Agradecemos todo o apoio recebido.

A Administração

# **UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.**

## **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008**

### **CONTEÚDO**

Parecer dos auditores independentes

Quadro 1 - Balanços patrimoniais

Quadro 2 - Demonstrações dos resultados

Quadro 3 - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora)

Quadro 4 - Demonstrações dos fluxos de caixa

Quadro 5 - Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações contábeis



## **PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

---

Aos Administradores e Acionistas da:

### **UTPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.**

1. Examinamos os balanço patrimoniais da **UTPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.**, controladora e consolidado proporcional, levantados em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido (somente controladora) dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e de sua controlada; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia e de sua controlada, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Conforme descrito na nota explicativa nº 20, as demonstrações contábeis da controlada em conjunto, Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer, sem ressalva, foi emitido em 21 de janeiro de 2010. Nas demonstrações contábeis da **UTPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.**, a participação nesta controlada em conjunto é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e representa investimento de R\$ 34.065 mil correspondendo a 52% do total do ativo da Companhia. Nossa opinião, no que diz respeito aos valores do investimento e do correspondente resultado de equivalência patrimonial dessa controlada em conjunto e dos saldos das contas patrimoniais, demonstrados no consolidado proporcional, está baseada tão somente no parecer emitido por outros auditores independentes.
4. Em nossa opinião, baseados em nossos exames e no parecer de outros auditores independentes, as demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UTPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.**, controladora e consolidado proporcional, em 31 de dezembro de 2009, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (somente controladora), os seus fluxos de caixa e os valores adicionados correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, a Companhia mantém no ativo realizável a longo prazo créditos tributários no valor de R\$ 2.932 mil, cuja realização dependerá da geração de lucros tributários futuros por parte da Companhia.
  
6. As demonstrações contábeis (controladora e consolidado proporcional) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer, sem ressalva, foi datado de 19 de março de 2009.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2010.

**PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL S/S  
CRC 2BA - 00710/O "S" RJ**

**JOSÉ RENATO MENDONÇA  
DIRETOR RESPONSÁVEL  
CONTADOR – CRC 1BA - 9.749/O - 9 "S" RJ**

**QUADRO 1****UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Disponibilidades e aplicações financeiras	6	3.294	5.010	7.798	7.195
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7			12.239	11.563
Títulos a receber	8			1.707	1.733
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9			(1.923)	(2.224)
Ativos regulatórios	10			5.480	4.404
Serviços em curso				555	177
Títulos e valores mobiliários	11			183	153
Tributos e contribuições sociais	12	106	547	2.560	1.684
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13			593	686
Benefício fiscal - ágio incorporação controladora	14			522	520
Estoque	15			96	98
Despesas pagas antecipadamente				60	37
Dividendos a receber		5.243	4.013		
Juros sobre o capital próprio a receber		409	396		
Outros créditos	16	12	12	3.301	1.382
		<u>9.064</u>	<u>9.978</u>	<u>33.171</u>	<u>27.408</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7			924	915
Títulos a receber	8			12.569	12.999
Ativos regulatórios	10				3.380
Tributos e contribuições sociais	12	2.932	2.245	3.572	2.908
Títulos e valores mobiliários	11			2.129	1.092
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13			595	678
Benefício fiscal - ágio incorporação controladora	14			6.539	7.061
Depósitos judiciais				86	86
Bens e direitos destinados a alienação					1
Outros créditos	16			134	29
		<u>2.932</u>	<u>2.245</u>	<u>26.548</u>	<u>29.149</u>
<b>INVESTIMENTOS</b>					
. Participação na COSERN	18	34.065	32.101		
. Ágio		19.601	19.601	19.601	19.601
. Outros Investimentos				65	60
		<u>53.666</u>	<u>51.702</u>	<u>19.666</u>	<u>19.661</u>
<b>IMOBILIZADO</b>					
Imobilizado - líquido	17			30.688	26.201
				<u>30.688</u>	<u>26.201</u>
<b>INTANGÍVEL</b>					
Intangível - líquido	19			3.324	2.394
				<u>3.324</u>	<u>2.394</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>65.662</b></u>	<u><b>63.925</b></u>	<u><b>113.397</b></u>	<u><b>104.813</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**QUADRO 1 (página 2)****UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
<b>PASSIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	21			5.317	3.614
Empréstimos, financiamentos e encargos da dívida	22			3.847	2.732
Debêntures e encargos	23			1.105	89
Passivos regulatórios	10			4.092	1.907
Folha de pagamento				94	57
Tributos e contribuições sociais	12	133	44	2.927	1.980
Tributos e contribuições diferidas	13			579	1.057
Taxas regulamentares	24			1.231	1.491
Dividendos e juros sobre capital próprio		7.724	8.638	14.403	10.485
Obrigações estimadas	25			493	584
Provisão para contingências	26			376	371
Adiantamentos recebidos				137	175
Consumidores devolução baixa renda				9	16
Outras contas a pagar	27	12	12	846	774
		<u>7.869</u>	<u>8.694</u>	<u>35.456</u>	<u>25.332</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>					
Empréstimos e financiamentos	22			10.726	12.401
Debêntures	23			8.411	9.439
Passivos regulatórios	10				239
Tributos e contribuições sociais	12			86	86
Tributos e contribuições diferidas	13				837
Obrigações estimadas	25			50	83
Provisões para contingências	26			835	1.113
Outras contas a pagar	27			40	52
				<u>20.148</u>	<u>24.250</u>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social		49.646	49.646	49.646	49.646
Reserva de lucros		8.147	5.585	8.147	5.585
		<u>57.793</u>	<u>55.231</u>	<u>57.793</u>	<u>55.231</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>65.662</u>	<u>63.925</u>	<u>113.397</u>	<u>104.813</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**QUADRO 2**

**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de reais)**

Nota	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>				
10 e 30			30.972	31.538
33			1.483	1.737
31			40.480	33.850
32			718	685
			<u>73.653</u>	<u>67.810</u>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>				
			(13.713)	(12.200)
			(1.213)	(1.220)
			(5.521)	(5.214)
			(31)	(25)
			(480)	(91)
				-
			(9)	(24)
			(1.922)	(1.816)
			(469)	(424)
			(100)	(92)
			(89)	(46)
			(99)	(92)
			(248)	(229)
			<u>(23.894)</u>	<u>(21.473)</u>
			<u>49.759</u>	<u>46.337</u>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>				
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>				
. Custo com energia elétrica				
			(25.546)	(20.659)
34			(3.402)	(3.872)
. Custo de operação				
34			(1.168)	(1.222)
34			(45)	(43)
34			(152)	(256)
34			(850)	(916)
34			(55)	(109)
34			(1.784)	(1.885)
34			(10)	(10)
34			(55)	(22)
34				(61)
34				(38)
34			(27)	(52)
			<u>(33.094)</u>	<u>(29.145)</u>
<b>CUSTO DE SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS</b>				
			(30)	(91)
<b>LUCRO BRUTO</b>				
			16.635	17.101
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>				
34			(1.358)	(1.348)
34	(583)	(1.549)	(3.205)	(4.081)
	11.471	12.354		
	<u>10.888</u>	<u>10.805</u>	<u>(4.563)</u>	<u>(5.429)</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>				
Receita				
	339	180	788	768
			1.968	2.067
			(136)	1.667
	215	206	1.471	1.226
			576	(25)
	<u>554</u>	<u>386</u>	<u>4.667</u>	<u>5.703</u>
Despesa				
			(2.283)	(2.582)
			(217)	(776)
			(557)	(532)
			(232)	(251)
			<u>(3.289)</u>	<u>(4.143)</u>
Juros sobre o capital próprio				
			(1.966)	(1.866)
	554	386	(588)	(306)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>				
	11.442	11.191	11.484	11.366
Resultado na Alienação/ Desativação de Bens e Direitos				
32			(121)	(66)
<b>LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA</b>				
	11.442	11.191	11.363	11.300
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido				
	(247)		(3.576)	(3.680)
			1.964	2.247
			(520)	(542)
	11.195	11.191	9.229	9.329
<b>LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</b>				
			1.966	1.866
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>				
	11.195	11.191	11.195	11.191
Quantidade de ações (Em milhares)				
	52.437	52.437		
Lucro líquido por ação				
	<u>0,2135</u>	<u>0,2134</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**QUADRO 3**

**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008  
(Em milhares de reais)**

	Capital		Reservas de lucros		Lucros	
	social	legal	a realizar	retenção de lucros	acumulados	Total
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007</b>	<b>49.646</b>	<b>2.248</b>			<b>2.248</b>	<b>51.894</b>
Lucro líquido do exercício					11.191	11.191
Destinações do lucro do exercício:						
. Reserva legal	559				(559)	
. Reserva de retenção de lucros			2.778		(2.778)	
. Juros sobre o capital próprio deliberados					(1.537)	(1.537)
. Dividendos deliberados					(2.304)	(2.304)
. Dividendos propostos					(4.013)	(4.013)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>	<b>49.646</b>	<b>2.807</b>		<b>2.778</b>	<b>5.585</b>	<b>55.231</b>
Lucro líquido do exercício					11.195	11.195
Destinações do lucro do exercício:						
. Reserva legal	560				(560)	
. Reserva de retenção de lucros			2.002		(2.002)	
. Juros sobre o capital próprio deliberados					(836)	(836)
. Dividendos deliberados					(73)	(73)
. Dividendos propostos					(7.724)	(7.724)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>	<b>49.646</b>	<b>3.367</b>	<b>-</b>	<b>4.780</b>	<b>8.147</b>	<b>57.793</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**QUADRO 4****UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Fluxo de caixa proveniente das operações:				
Lucro líquido do exercício	11,195	11,191	11,195	11,191
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com recursos provenientes das atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	(11,471)	(12,354)		
Depreciação e amortização			1,942	2,058
Ativo regulatório			2,068	2,044
Passivo regulatório			1,383	(242)
Despesas financeiras e Variações monetárias e juros do curto e do longo prazo, líquidos	(35)	(34)	1,898	902
Amortização do ágio, líquida		1,009	520	1,551
Valor residual de ativo permanente baixado			52	228
Tributos e contribuição social diferidos	248		(844)	(705)
Reversão de provisão para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas líquidas			(429)	
Provisão para ajuste do valor de realização da RTE/Energia livre			422	349
	<u>(63)</u>	<u>(188)</u>	<u>18,207</u>	<u>17,376</u>
(Aumento) redução de ativos				
Consumidores, concessionárias e permissionárias			(937)	(433)
Títulos a Receber			1,106	343
Depósitos judiciais			(160)	(152)
Tributos a compensar ou IR a compensar	(82)	(32)	(1,336)	1,857
Imposto de renda e contribuição social diferidos			176	22
Títulos e Valores Mobiliários			(911)	(612)
Serviços em curso			(378)	278
Despesas pagas antecipadamente			(23)	122
Estoque			3	1
Dividendos recebidos	6,311	8,493		
Juros sobre o capital próprio recebidos	1,658	1,560		
Outros créditos			(1,973)	(196)
TOTAL	<u>7,887</u>	<u>10,021</u>	<u>(4,433)</u>	<u>1,230</u>
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores			1,702	423
Folha de pagamento			37	2
Encargos de empréstimos e debêntures			(916)	(1,263)
Taxas regulamentares			(323)	(84)
Tributos e contribuições sociais	6		864	372
Tributos e contribuições diferidas			(223)	145
Obrigações estimadas			(124)	(2,331)
Provisão para contingências				(110)
Adiantamentos recebidos			(38)	40
Coligada, controlada e controladora				
Outras contas a pagar			122	241
TOTAL	<u>6</u>	<u>-</u>	<u>1,101</u>	<u>(2,565)</u>
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES	<u>7,830</u>	<u>9,833</u>	<u>14,875</u>	<u>16,041</u>

-continua-

**QUADRO 4****UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.****DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Em milhares de reais)**

- continuação -

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
<b>ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>				
Empréstimos e financiamentos obtidos				422
Pagamentos de empréstimos e financiamentos			(1,820)	(894)
Pagamento de debêntures			21	(993)
Obrigações vinculadas a concessão			191	(146)
Dividendos	(6,390)	(5,211)	(2,803)	(3,238)
Juros sobre o Capital próprio	(3,156)	(368)	(2,208)	(1,344)
<b>TOTAL</b>	<b>(9,546)</b>	<b>(5,579)</b>	<b>(6,619)</b>	<b>(6,193)</b>
<b>TOTAL DE INGRESSO DE RECURSOS</b>	<b>(1,716)</b>	<b>4,254</b>	<b>8,256</b>	<b>9,848</b>
<b>ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>				
Aplicações no investimento			(5)	(7,177)
Aplicações no imobilizado			(6,692)	
Aplicações no intangível			(956)	
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(7,653)</b>	<b>(7,177)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA</b>	<b>(1,716)</b>	<b>4,254</b>	<b>603</b>	<b>2,671</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	5,010	756	7,195	4,524
Caixa e equivalentes no final do exercício	3,294	5,010	7,798	7,195
<b>TOTAL DOS EFEITOS DE CAIXA</b>	<b>(1,716)</b>	<b>4,254</b>	<b>603</b>	<b>2,671</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	-		-
	#REF!		#REF!

-continua-

**QUADRO 5**

**UPTICK PARTICIPAÇÕES S.A.**

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009  
(Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
<b>RECEITAS</b>				
Vendas de energia e serviços			73,654	67,810
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa			(98)	(13)
Outros Resultados			(121)	(66)
			<u>73,435</u>	<u>67,731</u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>				
Energia elétrica e uso da rede			(28,948)	(24,532)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(383)	(344)	(3,041)	(3,753)
	<u>(383)</u>	<u>(344)</u>	<u>(31,989)</u>	<u>(28,285)</u>
<b>RETENÇÕES</b>				
Depreciação e amortização			(1,942)	(2,058)
Amortização de ágio		(1,009)	(1,009)	(1,009)
		<u>(1,009)</u>	<u>(1,942)</u>	<u>(3,067)</u>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<u>(383)</u>	<u>(1,353)</u>	<u>39,504</u>	<u>36,379</u>
<b>VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO</b>				
Receitas Financeiras	555	386	4,668	5,703
Equivalência patrimonial	11,471	12,354		12,354
	<u>12,026</u>	<u>12,740</u>	<u>4,668</u>	<u>18,057</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<u>11,643</u>	<u>11,387</u>	<u>44,172</u>	<u>54,436</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>Pessoal e administradores</b>				
Remunerações			1,641	1,482
Encargos sociais (exceto INSS)			166	140
Entidade de Previdência Privada			94	61
Auxílio alimentação			164	140
Incentivo à aposentadoria e PDV			26	(46)
Vale transporte			20	17
Formação e desenvolvimento			29	32
Segurança, higiene e medicina do trabalho			8	14
Indenizações trabalhistas			104	77
Provisões para férias e 13º salário			397	283
Convênio assistencial e outros benefícios			366	270
Plano de saúde			103	87
Participações nos resultados			455	416
Administradores			97	57
Encerramento de ordem em curso			1	-
(-) transferência para ordens			(656)	(449)
Outros	5	5	5	5
Custos imobilizados			(160)	(118)
<b>Total</b>	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>2,860</u>	<u>2,468</u>
<b>Governo</b>				
INSS ( sobre folha de pagamento)			421	417
ICMS			13,713	12,200
Imposto de renda e contribuição social	248		2,135	1,975
PIS e COFINS sobre faturamento	182	173	6,916	6,606
Obrigações infra-setoriais			3,541	2,942
Outros	13	13	80	110
<b>Total</b>	<u>443</u>	<u>186</u>	<u>26,806</u>	<u>24,250</u>
<b>Financiamentos</b>				
Juros e variações monetárias		5	3,057	3,898
Aluguéis			20	21
Outros			232	251
<b>Total</b>	<u>-</u>	<u>5</u>	<u>3,309</u>	<u>4,170</u>
<b>Acionistas</b>				
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	8,633	7,854	8,635	17,964
Reserva de lucros	2,562	3,337	2,562	5,584
<b>Total</b>	<u>11,195</u>	<u>11,191</u>	<u>11,197</u>	<u>23,548</u>
<b>VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO</b>	<u>11,643</u>	<u>11,387</u>	<u>44,172</u>	<u>54,436</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

**1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A Uptick Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, constituída em 8 de setembro de 1997, e tem por objeto social a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia, quotista ou consorciada.

A Companhia mantém investimento na sua controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (“COSERN”), sociedade por ações de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo administrar sistemas de produção, transmissão, distribuição ou comercialização de energia pertencentes ao Estado, à União ou a Municípios, prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação, organizar subsidiárias, incorporar ou participar de outras empresas e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

**2 CONCESSÃO (CONSOLIDADO)**

A COSERN detém junto a ANEEL, a seguinte concessão:

<u>Distribuição</u>	<u>Municípios</u>	<u>Localidades</u>	<u>Data da concessão</u>	<u>Data de vencimento</u>
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/1997	31/12/2027

**3 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
(CONTROLADORA E CONSOLIDADO)**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Conforme facultado pela Deliberação CVM nº. 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC nº. 13, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Companhia e sua controlada em conjunto passaram a adotar a Lei 11.638/07 e Medida Provisória n. 449/08, convertida na Lei 11.941 de 27 de maio de 2009. A Companhia adotou como data de transição 1º de janeiro de 2008.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu e a CVM aprovou ao longo do exercício de 2009 diversos pronunciamentos contábeis alinhados com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010 com aplicação retroativa a 2009 para fins de comparabilidade.

A Companhia efetuou avaliação dos pronunciamentos técnicos já emitidos e concluiu que, à exceção das interpretações técnicas ICPC 01– Contratos de Concessão e ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, os demais pronunciamentos não terão impacto relevante em suas demonstrações contábeis consolidadas.

A interpretação técnica ICPC 01 estabelece os princípios gerais sobre o reconhecimento e a mensuração das obrigações e os respectivos direitos dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário deve ser registrada pelo seu valor justo, correspondendo a direitos sobre um ativo financeiro e/ou um ativo intangível.

Considerando a extensão da complexidade das alterações requeridas pela referida interpretação técnica, a Companhia e a controlada em conjunto COSERN estão avaliando os seus reflexos nas demonstrações contábeis, ao tempo em que acompanha as discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre aspectos para aplicação da referida instrução técnica.

Nesse momento, até que haja um maior esclarecimento sobre a aplicação prática da referida instrução técnica, a Companhia e sua controlada em conjunto entendem que não é possível avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos nas demonstrações contábeis.

A interpretação técnica ICPC 08 estabelece que o valor de dividendos (acima do mínimo estabelecido em Lei) não aprovados por Assembléia não devem ser provisionados, devendo ser apresentados destacados no patrimônio líquido. Caso esta interpretação técnica fosse adotada no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, o passivo circulante estaria apresentado a maior e o patrimônio líquido estaria apresentado a menor pelo montante que excede os dividendos mínimos obrigatórios divulgados na nota explicativa nº. 29.

Adicionalmente, as demonstrações contábeis da COSERN para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2008 e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade, está demonstrada a seguir:

Demonstrações do Resultado – Consolidado	2008	
	Publicado	Reclassificado
Receita operacional	67.810	67.810
Fornecimento de energia elétrica	32.037	31.538
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	1.737	1.737
Disponibilização do sistema de distribuição	33.553	33.850
Subvenção à tarifa social baixa renda	2.133	
Receita (reversão) de recomposição tarifária do racionamento	(2.020)	
Reversão da energia livre racionamento	(420)	
Receita (reversão) reposicionamento tarifário	(103)	
Luz para Todos	(89)	
Parcela de ajuste (transmissoras)	297	
Outras receitas operacionais	685	685

Informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho nº. 4.722 da SFF/ANEEL, de 18 de dezembro de 2009.

#### 4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

##### 4.1 Práticas contábeis gerais

###### Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia e da COSERN são classificados em: destinados à negociação, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e passivos financeiros não mensurados a valor justo. Os ativos financeiros classificados como destinados à negociação são ajustados ao seu valor de mercado em contrapartida ao resultado. Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento ou empréstimos e recebíveis são contabilizados ao custo amortizado acrescido dos rendimentos, ajustado ao valor provável de realização quando este for menor. Os passivos financeiros não mensurados a

valor justo são avaliados ao custo amortizado, acrescido dos encargos financeiros calculados pro-rata temporis.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: disponibilidades e aplicações financeiras, consumidores, concessionárias e permissionárias, títulos a receber e títulos e valores mobiliários.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures.

#### Disponibilidades e aplicações financeiras

Estão representadas pelos depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata. São classificadas como ativos financeiros disponíveis para negociação, e estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério pró-rata, que equivalem aos seus valores de mercado.

#### Consumidores, concessionárias e permissionárias

Engloba as contas a receber com fornecimento, suprimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

#### Títulos e valores mobiliários

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, equivalentes ao seu valor de mercado.

#### Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados no Ativo Circulante e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante – Imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

#### Investimentos

A participação societária permanente na controlada em conjunto é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

O ágio tem origem na aquisição da COSERN, decorrente do direito de exploração do serviço público de energia elétrica e estava sendo amortizado pelo método linear pelo prazo de concessão de 30 anos à COSERN. A partir de 1º de janeiro



de 2009, conforme determinação da Lei 11.638/07, o ágio deixou de ser amortizado.

Outros investimentos são representados por investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perdas, quando aplicável.

#### Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigidos monetariamente até 1995, deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade. A depreciação é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

#### Intangível

Registrado, em consonância com as disposições da Deliberação CVM nº. 553, de 12 de novembro de 2008, ao custo de aquisição das faixas de servidões permanentes e software de manutenção de sistema corporativo, este último deduzido da amortização acumulada e das perdas por imparidade.

#### Avaliação do valor de recuperação dos ativos

A COSERN entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens dos ativos imobilizado e intangível excede o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da depreciação cobrada via tarifa já que, enquanto os registros contábeis estão a custo histórico a base de cálculo da depreciação regulatória corresponde aos ativos avaliados a valor novo de reposição.

Contudo, a fim de corroborar seu entendimento a controlada em conjunto COSERN efetua anualmente o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos resultando um valor superior àquele registrado contabilmente (vide nota explicativa nº. 21).,

#### Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações, em moeda nacional, são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

#### Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis, de imposto de renda e contribuição social quando da parcela corrente e reconhecido o diferimento em função das diferenças temporárias.

Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a COSERN optou pelo Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

#### Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

Os custos associados ao plano de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a deliberação CVM nº. 371/2000, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente.

#### Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real a qual é reconhecido no mês subsequente, não tem sido relevante.

#### Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis, de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, requer que a Administração da COSERN baseada em estimativas faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: fornecimento de energia não faturado, utilização da rede de distribuição não faturada, comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, realizações dos impostos e contribuições sociais diferidos e ágio.

#### Demais direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão sujeitos a variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão sendo corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

#### 4.2 Práticas Contábeis Regulatórias - Específicas do Setor Elétrico

### Plano de contas

A COSERN adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº. 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações estabelecidas através das Resoluções ANEEL nº. 473 de 06 de março de 2006 e nº. 219, de 11 de abril de 2006, e Despachos nº. 657, de 30 de março de 2006 e nº. 3.033 de 21 de dezembro de 2006 e 3.073 de 28 de dezembro de 2006.

### Ativos e passivos regulatórios

Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão. (Vide nota explicativa nº.10).

O contrato prevê que “As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência das concessionárias ou permissionárias e a acuracidade das informações contábeis.”

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração da COSERN em relação às perdas efetivas, e na existência de garantias reais, entre outros. (vide nota explicativa nº. 9)

Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

### Ativo imobilizado em Serviço – AIS

- Bens e Instalações em função do serviço concedido

Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

- Reserva técnica imobilizada

Compreende o bem, ou conjunto de bens, que, por razões de ordem técnica voltada à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, embora não estando em serviço, esteja à disposição e que possa entrar em operação de imediato. Sua contabilização obedece a todos os preceitos do ativo imobilizado em serviço.

- Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Resolução ANEEL nº. 015 de 24 de dezembro de 1997 e a Portaria DNAEE nº. 815, de 30 de novembro de 1994. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº. 02, de 24 de dezembro de 1997, nº. 44, de 17 de março de 1999, e art. 9º da Resolução ANEEL nº. 367, de 2 de junho de 2009 (Vide nota explicativa nº. 17). A Administração da COSERN avaliou as referidas taxas, e concluiu que as mesmas refletem a efetiva vida útil do seu ativo imobilizado.

#### Ativo Imobilizado em Curso – AIC

Bens e instalações em formação ou construção

- Rateio da administração geral – RAG

Custo indireto apropriado às obras e serviços (formação de bens e instalações) calculado em montante de até 10% sobre a mão-de-obra direta aplicada às ordens em curso, correspondente a administração geral superior, de construção e de suprimento (atividades de caráter central), tendo como contrapartida os gastos contabilizados como despesas administrativas.

- Encargos financeiros

Em função do disposto na Instrução Contábil nº. 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº. 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações estabelecidas através da Resolução ANEEL nº. 370, de 30 de junho de 2009, e na Deliberação CVM nº. 577, de 5 de junho de 2009, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo.

#### Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, Estados, União Federal e Consumidores em geral, relativos a doações e subvenções para investimento na expansão do serviço público de energia elétrica, amortizados a mesma taxa média de depreciação do ativo imobilizado em serviço. (Vide nota explicativa nº. 17)

Em atendimento à Instrução Contábil nº. 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante - Imobilizado, dadas as suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento para obras.

### Taxas regulamentares

- Reserva Global de Reversão – RGR

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% da receita anual da concessionária.

- Conta Consumo de Combustível – CCC

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: 1) pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; 2) subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

- Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

- Programas de Eficientização Energética – PEE, Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e Empresa de Pesquisa Energética – EPE

Programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

- Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

- Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

#### Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

#### Operações de compra e venda de energia elétrica na câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela Entidade ou por estimativa da administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

#### Questões Ambientais

A capitalização de gastos referentes a demandas ambientais está consubstanciada nas previsões regulamentares do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico e tem por motivadores os “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. Nesse particular, estão enquadrados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA e o Instituto do Meio Ambiente – IMA, este na esfera estadual.

Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizados para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

Na hipótese dos gastos decorrerem de convênios com ONG's e outros entes que promove a preservação ambiental, sem, no entanto, estarem relacionados a projetos de investimentos, o gasto é apropriado ao resultado como despesa operacional.

O reconhecimento das obrigações assumidas obedece ao regime de competência, a partir do momento em que haja a formalização do compromisso, e são quitadas em conformidade com os prazos avençados entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da controladora Uptick Participações S.A. e as demonstrações contábeis da controlada em conjunto Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN.

Conforme previsto pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, considerando a existência de um protocolo de entendimentos entre os acionistas para a administração compartilhada da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN, no qual a Companhia possui uma participação acionária de 5,8192%, foram elaboradas demonstrações contábeis consolidadas de forma proporcional à participação na controlada em conjunto COSERN.

O balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 da COSERN estão assim compostos de forma condensada:

Uptick Participações S.A.

ATIVO	
CIRCULANTE	511.364
NÃO CIRCULANTE	
Realizável a longo prazo	405.888
Investimentos	1.123
Imobilizado	527.355
Intangível	57.114
	<u>991.480</u>
	<u>1.502.844</u>
PASSIVO	
CIRCULANTE	571.198
NÃO CIRCULANTE	346.255
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	585.391
	<u>1.502.844</u>
	<u>1.502.844</u>
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
Receita operacional líquida	855.089
Custo do serviço	<u>(569.192)</u>
Lucro operacional bruto	<u>285.897</u>
Despesas operacionais	<u>(68.393)</u>
Juros sobre o capital próprio	<u>(33.786)</u>
Despesas (receitas) financeiras	<u>14.165</u>
Resultado operacional	<u>197.883</u>
Outros resultados	<u>(2.078)</u>
Lucro antes da CSSL e IRPJ	<u>195.805</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(57.251)</u>
Imposto de renda - SUDENE	33.758
Amortização de ágio e reversão de PMIPL	<u>(8.933)</u>
Reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>33.786</u>
Lucro líquido do exercício	<u>197.165</u>
	<u>197.165</u>



## 6 DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

	2009		2008	
	Ativo circulante		Ativo circulante	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa e Depósitos bancários à vista	2.844	3.107	5	794
Aplicações Financeiras:				
Certificado de Depósito bancário (CDB)	-	2.138		808
Fundos de investimento	450	2.553	5.005	5.593
Total	<u>3.294</u>	<u>7.798</u>	<u>5.010</u>	<u>7.195</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a percentuais que variam de 97% a 100%.

## 7 CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS (CONSOLIDADO)

	Saldos vincendos	Até 90 dias	Saldos vencidos Mais de 90 dias	Total		PCLD	
				2009	2008	2009	2008
Setor Privado							
Residencial	1.226	1.555	177	2.958	2.399	(195)	(160)
Industrial	1.329	240	102	1.671	1.427	(143)	(169)
Comercial, serviços e outros	1.181	632	239	2.052	1.723	(249)	(248)
Rural	275	275	305	855	751	(221)	(228)
	4.011	2.702	823	7.536	6.300	(808)	(805)
Setor Público							
Poder Público							
Federal	169	28	3	200	99	(2)	(8)
Estadual	182	123	113	418	258	(84)	(106)
Municipal	234	177	66	477	314	(15)	(31)
	585	328	182	1.095	671	(101)	(145)
Iluminação pública	145	29	43	217	218	(27)	(38)
Serviço público	600	46	6	652	1.181	(321)	(357)
Fornecimento não faturado	2.014	-	-	2.014	1.862		
Subtotal - Consumidores	7.355	3.105	1.054	11.514	10.639	(1.257)	(1.345)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE							
	-	15	923	938	1.550		
Acréscimos moratórios	106	100	210	416	407		
Serviços prestados a terceiros	-	3	45	48	48		
Disponibilização do sistema de distribuição	-	1	88	89	96		
Outros	5	3	150	158	145		
Total	7.466	3.227	2.470	13.163	12.478	(1.257)	(1.345)
Circulante				12.239	11.563	(1.257)	(1.345)
Não circulante				924	915		

### Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Os valores correspondentes às operações junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma.

As operações de venda de "energia de curto prazo" no âmbito da CCEE (Mercado Atacadista de Energia – MAE, a época) do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, cujo processo de liquidação foi concluído em julho de 2003,

após conclusão dos trabalhos da auditoria da liquidação do MAE, e as realizadas após esta data, geraram um direito de crédito para a Companhia conforme demonstrado a seguir:

	2009	2008
Valores a receber - setembro/2000 a dezembro/2002		
Valor em litígio judicial	583	574
Valores não negociados	341	341
Valores a receber do período	14	635
Total	<u>938</u>	<u>1.550</u>
Circulante	14	635
Não Circulante	924	915

Os valores da "energia de curto prazo" podem estar sujeitos a modificações, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por algumas empresas do setor, contra a ANEEL, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor. Os referidos processos encontram-se sob análise da jurisdição federal em 1ª e 2ª instâncias. A controlada em conjunto COSERN não é parte processual, porém, como tem interesse direto no resultado das demandas figura como assistente processual.

A controlada em conjunto COSERN não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados aos litígios por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

## 8 TÍTULOS A RECEBER (CONSOLIDADO)

Referem-se a parcelamento de débito de contas de fornecimento de energia em atraso e parcelamento de prestação de serviços, em valores proporcionais à participação da Uptick na COSERN:

	Saldos Vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais 90 dias	2009	2008	2009	2008
Setor público	13.171	66	275	13.512	14.082	(398)	(718)
Setor privado	<u>717</u>	<u>10</u>	<u>48</u>	<u>775</u>	<u>650</u>	<u>(244)</u>	<u>(136)</u>
Total	<u>13.888</u>	<u>76</u>	<u>323</u>	<u>14.287</u>	<u>14.732</u>	<u>(642)</u>	<u>(854)</u>
Circulante				1.707	1.733	(642)	(854)
Não circulante				12.580	12.999		

Os parcelamentos de débito incluem juros e atualizações monetárias, a taxas, prazos e indexadores variáveis são considerados recuperáveis pela administração da COSERN.

Do saldo total de títulos a receber, o montante de R\$ 8.533, em valores proporcionais a participação da Uptick (R\$ 9.058 em 2008), refere-se ao alongamento da dívida da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, conforme Instrumento Particular de Reconhecimento, Consolidação, Pagamento e Parcelamento de Débito nº. 2016/CCE/2004, 2033/CME/2005, CD 0066/2007 e CD 0088/2008.

## 9 PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA – PCLD (CONSOLIDADO)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com a norma do Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, sendo considerada pela Administração da COSERN suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº. 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL.

	Consolidado	
	2009	2008
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(1.257)	(1.345)
Títulos a receber	(642)	(854)
Outros créditos	(35)	(25)
<b>Total</b>	<b>(1.934)</b>	<b>(2.224)</b>
Ativo Circulante	(1.923)	(2.224)
Ativo não Circulante	(11)	

  

	Saldo	Adições	Reversões	Baixados Reserva	Saldo
	2008				2009
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(1.345)	(1.216)	1.053	251	(1.257)
Títulos a receber	(854)	(384)	596	-	(642)
Outros créditos	(25)	(10)	-	-	(35)
	<u>(2.224)</u>	<u>(1.611)</u>	<u>1.649</u>	<u>252</u>	<u>(1.934)</u>
Ativo Circulante	(2.224)				(1.923)
Ativo não Circulante					(11)

**10 ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS (CONSOLIDADO)**

	Ref.	Ativo		
		2009	2008	
		Ativo Circulante	Ativo Circulante	Ativo não circulante
<b>Acordo Geral do Setor Elétrico:</b>	(a)			
Recomposição tarifária extraordinária – RTE		1.268	2.369	1.970
Energia livre		627	572	49
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela “A”		1.691		1.361
<b>Revisão e Reajuste Tarifário:</b>	(b)			
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela “A” – CVA		1.186	1.269	
<b>Componentes Financeiros:</b>	(c)			
Sobrecontratação		366	12	
Subsídio a irrigantes e aqüicultores			68	
Exposição financeira		4		
Parcela de ajuste conexão		75		
Parcela de ajuste rede básica		28		
Outros componentes financeiros		235	114	
<b>Total</b>		<b>5.480</b>	<b>4.404</b>	<b>3.380</b>
	Ref.	Passivo		
		2009	2008	
		Passivo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
<b>Acordo Geral do Setor Elétrico:</b>	(a)			
Energia livre		1.099	710	34
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela “A”		420		205
<b>Revisão e Reajuste Tarifário:</b>	(b)			
Reposicionamento tarifário		262		
Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela “A” – CVA		1.915	773	
<b>Componentes Financeiros:</b>	(c)			
Sobrecontratação			150	
Subsídio a irrigantes e aqüicultores		120	25	
Exposição financeira		107	119	
Parcela de ajuste conexão		1		
Parcela de ajuste rede básica		11		
Outros componentes financeiros		157	130	
<b>Total</b>		<b>4.092</b>	<b>1.907</b>	<b>239</b>

(a) Acordo Geral do Setor Elétrico

O Governo Federal, através da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, e as concessionárias distribuidoras e geradoras de energia elétrica celebraram, em 2001, o “Acordo Geral do Setor Elétrico”, definindo os critérios para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, que se dará através de adicional tarifário nas contas de fornecimento de energia, sendo 2,9% nas contas faturadas aos consumidores da classe residencial (exceto subclasse residencial baixa renda) iluminação pública e rural, e de 7,9% para as demais classes consumidoras.

Os principais itens constantes do Acordo Geral do Setor Elétrico estão demonstrados a seguir:

- Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE

A Resolução ANEEL nº. 001, de 12 de janeiro de 2004, alterou o prazo máximo de recuperação para 102 meses, excluindo deste prazo à recuperação dos valores financeiros de itens da “Parcela A”, relativos ao período de 1º de janeiro a 25 de outubro de 2001.

A Controlada em Conjunto COSERN avaliou a recuperação em função dos prazos e mantém registrada provisão para perda na realização da RTE no valor, proporcional a participação da Uptick, de R\$ 2.249 (R\$ 2.162 em 2008).

	<u>Consolidado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2008	<u>4.339</u>
Remuneração financeira	(205)
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(87)
(-) Amortização/ Reversão	<u>(2.779)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>1.268</u>
Ativo Circulante	1.268

- Energia livre

A Energia Livre é a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito da CCEE, realizadas pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas de geração e de distribuição até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica, nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes.

A ANEEL estabeleceu os procedimentos para a recuperação e repasse aos geradores, a partir de fevereiro de 2003, dos valores de energia livre calculados com a aplicação de 18,1719% sobre a arrecadação da RTE, posteriormente alterada em março de 2004, para 19,4527%.

Os valores contabilizados em 31 de dezembro de 2009 e 2008 como energia livre, têm a seguinte composição:

	Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	Não		Não	
	Circulante	Circulante	Circulante	Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2008	572	49	710	34
Encargos	1	58	-	-
Transferências	729	(729)	850	(850)
(-) Provisão para ajuste a valor de realização	(52)	682	(52)	682
(-) Amortização / Reversão	(686)	-	(518)	-
Remuneração financeira	63	(60)	109	134
Saldo em 31 de dezembro de 2009	627	-	1.099	-

- Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da “Parcela A”

A Resolução ANEEL nº 90, de 18 de fevereiro de 2002, definiu os itens da “Parcela A”, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 25 de outubro de 2001, bem como a forma de remuneração econômica, mediante a incorporação dos efeitos financeiros, e o período para a recuperação tarifária. Estes valores foram homologados por meio da Resolução nº 482, de 29 de agosto de 2002, os quais serão recuperados por meio de adicional tarifário nas contas faturadas, sendo 2,9% para consumidores da classe residencial (exceto subclasse baixa renda) iluminação pública e rural e de 7,9% para as demais classes consumidoras, contados a partir de 27 de dezembro de 2001, após a conclusão da RTE. Mediante a Resolução nº 1, de 12 de janeiro de 2004, foi excluído o prazo máximo de recuperação dos valores financeiros de itens da “Parcela A”.

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.361	205
Remuneração financeira	330	215
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.691	420
Circulante	1.691	420

Uptick Participações S.A.

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Subvenção para conta de consumo de combustível - CCC	230			
Reserva global de reversão - RGR		73		
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica - TFSEE	120			
Encargos de conexão no sistema de transmissão		347		
Tarifa de utilização do sistema de transmissão - TUST	423			
Energia comprada para revenda	918			
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>1.691</u>	<u>420</u>		
Saldos em 31 de dezembro de 2008			<u>1.361</u>	<u>205</u>



(b) Revisão e reajuste tarifário

## Revisão Tarifária 2009

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº. 798, de 7 de abril de 2009, homologou de forma definitiva o resultado da segunda Revisão Tarifária Periódica da Companhia, ocorrida em abril de 2008, fixando o reposicionamento tarifário em -8,04%, acrescido de 2,68% relativos a componentes financeiros externos a Revisão Tarifária.

A diferença de receita entre o reposicionamento provisório, estabelecido na Resolução Homologatória nº. 637/2008, e o índice definitivo é de -1,59%, que gerou um montante, proporcional a participação da Uptick, de R\$ 896, compensado no reajuste tarifário de 22 de abril de 2009, o qual será ressarcido aos consumidores nos doze meses subseqüentes ao reajuste.

A Revisão Tarifária homologada pela ANEEL é composta dos seguintes itens:

	<u>Ref.</u>	
<b>Receita Verificada</b>	<b>(1)</b>	<b>50.752</b>
Encargos setoriais		4.156
Compra de energia elétrica		20.928
Transporte de energia		3.831
<b>Parcela A</b>		<b>28.915</b>
Remuneração bruta de capital		5.118
Quota de reintegração regulatória		3.083
Empresa de referência		9.259
Inadimplência		537
<b>Parcela B</b>		<b>17.997</b>
<b>Receita requerida (parcela A+B)</b>		<b>46.912</b>
<b>(-) Outras receitas</b>		<b>(240)</b>
<b>Receita requerida líquida</b>	<b>(2)</b>	<b>46.672</b>
<b>Componentes financeiros</b>	<b>(3)</b>	<b>1.250</b>
CVA		137
Sobrecontratação		(686)
Subsídio a irrigantes e aquicultores		651
Exposição financeira		(22)
Programa Social Luz para Todos		(29)
Parcela de ajuste conexão		(4)
Parcela de ajuste rede básica		(11)
Outros componentes		1.214
Reposicionamento econômico [ (2) / (1) ]	<b>(4)</b>	-8,04%
Componentes financeiros [ (3) / (2) ]	<b>(5)</b>	2,68%
<b>Reposicionamento tarifário [ (4) + (5) ]</b>		<b>-5,36%</b>

## Reajuste Tarifário 2009

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº. 805, de 14 de abril de 2009, fixou em 11,97% o índice médio de reajuste tarifário para a COSERN, sendo 9,79% relativos ao reajuste tarifário anual e 2,17% aos componentes financeiros. O efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de 7,37%, sendo 6,02% para os atendidos em baixa tensão (residências e outros) e 9,64% para os de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte) e terá vigência no período de 22 de abril de 2009 a 21 de abril de 2010.

O reajuste homologado pela ANEEL é composto dos seguintes itens:

	<u>Ref.</u>	
<b>Receita Verificada</b>	<b>(1)</b>	<b>48.002</b>
Encargos setoriais		4.657
Compra de energia elétrica		24.935
Transporte de energia		3.928
<b>Parcela A</b>		<b>33.520</b>
Remuneração bruta de capital		19.182
<b>Parcela B</b>		<b>19.182</b>
<b>Receita requerida (parcela A+B)</b>		<b>52.702</b>
<b>(-) Outras receitas</b>		
<b>Receita requerida líquida</b>	<b>(2)</b>	<b>52.702</b>
<b>Componentes financeiros</b>	<b>(3)</b>	<b>1.147</b>
Recálculo revisão tarifária 2008		(803)
Recálculo itens financeiros da revisão tarifária 2008		(92)
CVA		881
Sobrecontratação		3
Exposição financeira		(139)
Programa Social Luz para Todos		255
Parcela de ajuste conexão		(5)
Parcela de ajuste rede básica		(36)
Subsídio a irrigantes e aquicultores		161
Subsídio baixa renda		148
Outros componentes		774
Reposicionamento econômico [ (2) / (1) ]	<b>(4)</b>	9,79%
Componentes financeiros [ (3) / (2) ]	<b>(5)</b>	2,17%
<b>Reposicionamento tarifário [ (4) + (5) ]</b>		<b>11,97%</b>

- Valores Tarifários Não Gerenciáveis a Compensar da Parcela “A” - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº. 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” – CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Os saldos de ativos e passivos de CVA, segregados por competência, estão demonstrados a seguir:

<u>Composição</u>	<u>Ativo Circulante</u>	<u>Passivo Circulante</u>
CVA - 23 de março de 2007 a 22 de março de 2008	20	-
CVA - 23 de março de 2008 a 22 de março de 2009	673	325
CVA - 23 de março de 2009 a 22 de março de 2010	493	1.590
Total em 31 de dezembro de 2009	<u>1.186</u>	<u>1.915</u>
Total em 31 de dezembro de 2008	1.269	773

<u>CVA - ATIVO</u>	<u>ATIVO</u>				<u>Saldos em 2009</u>
	<u>Saldos em 2008</u>	<u>Remuneração</u>	<u>Constituição</u>	<u>Amortização</u>	
CCC	471	37	249	(321)	436
CDE	6	1	17	(11)	13
ESS	748	86	233	(640)	427
TRANSPORTE ENERGIA COMPRADA	11	7	231	(14)	235
PROINFA	15	8	(5)	2	20
	17	9	127	(98)	55
	<u>1.268</u>	<u>148</u>	<u>852</u>	<u>(1.082)</u>	<u>1.186</u>

<u>CVA - PASSIVO</u>	<u>PASSIVO</u>				<u>Saldos em 2009</u>
	<u>Saldos em 2008</u>	<u>Remuneração</u>	<u>Constituição</u>	<u>Amortização</u>	
CCC	-	5	(5)	-	-
CDE	1	-	-	(1)	-
ESS	-	6	304	-	310
TRANSPORTE ENERGIA COMPRADA	2	-	-	(2)	-
PROINFA	768	39	1.322	(524)	1.605
	2	-	-	(2)	-
	<u>773</u>	<u>50</u>	<u>1.621</u>	<u>(529)</u>	<u>1.915</u>

(c) Componentes Financeiros

- Sobrecontatação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% (cento e três por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Esse repasse foi regulamentado pela resolução ANEEL nº 255, de 06 de março de 2007.

	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2008	12	150
Constituição	358	-
Remuneração	(2)	-
(-) Amortização	(2)	(150)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	366	-
Circulante	366	-

- Exposição Financeira

O Decreto nº. 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 28, trata que as eventuais diferenças de preços no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE serão repassadas pelos agentes de distribuição aos consumidores.

O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo no período:

	Ativo Circulante	Passivo Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2008	-	119
Constituição	4	211
Remuneração financeira	-	41
(-) Amortização	-	(264)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4	107
Circulante	4	107

- Programa Social Luz para Todos

A Resolução Normativa ANEEL nº. 294, de 11 de dezembro de 2007 estabeleceu a metodologia aplicável e os procedimentos de repasse tarifário dos déficits incorridos pelas concessionárias de energia elétrica em função da execução do Programa Luz Para Todos.

O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo no período.

	<u>Ativo circulante</u>
Constituição	255
(-) amortização	<u>(180)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2009	75

## 11 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (CONSOLIDADO)

<u>Agente financeiro</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Indexador</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Bradesco	CDB/CDI/Fundos	diversos	CDI	2.129	153
Banco do Nordeste	Carteira de clientes / CDI	diversos	CDI	<u>183</u>	<u>1.092</u>
Total				<u>2.312</u>	<u>1.245</u>
Circulante				183	153
Não circulante				2.129	1.092

## 12 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Os saldos finais de curto e longo prazos, em valores proporcionais à participação da Uptick na COSERN, estão assim constituídos:

	<u>Controladora</u>				<u>Consolidado</u>			
	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>		<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
IR sobre Aplic. Financeiras					0		0	102
IR antecipado e do ano (1)	34	33			34	48	0	
IR sobre JSCP a compensar			75		62	206	533	
CSLL antecipada do ano (1)	72	280			72	280	0	
IRPJ e CSLL de exercícios anteriores a compensar		36	13		13	43	239	82
ICMS (2)	2.932	2.245			2.932	2.245	0	
PIS (3)			8	8	237	71	136	113
COFINS (3)			37	36	1.364	327	625	519
INSS					22	17	82	64
ISS					5		39	
FGTS					0		16	11
Outros					0	30	28	40
Total	<u>3.038</u>	<u>2.792</u>	<u>133</u>	<u>44</u>	<u>6.132</u>	<u>4.592</u>	<u>3.013</u>	<u>2.066</u>
Circulante	106	547	133	44	2.560	1.684	2.927	1.980
Não circulante	2.932	2.245			3.572	2.908	86	86

- (1) O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos, e retenção na fonte referente a serviços prestados;
- (2) A composição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ativo está composto da seguinte forma:
  - (a) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente CIAP decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000 no montante de R\$ 1.160 (R\$ 1.221 em 2008).
  - (b) Diversos créditos de ICMS a recuperar no montante de R\$ 231 (R\$ 104 em 2008).
- (3) PIS e a COFINS a compensar decorrem do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis nºs 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, apuração mensal, as antecipações de órgãos públicos e os valores a recuperar decorrentes da ação que contestou o alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS determinado pela Lei 9.718/98 (vide nota explicativa nº 27.1)

### 13 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS (CONSOLIDADO)

A COSERN registrou os tributos e contribuições sociais diferidos, calculados sobre a receita de recomposição tarifária extraordinária, energia livre e reposicionamento tarifário, para o passivo e para o ativo sobre os prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias.

Os efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, a Contribuição Social, o PIS e a COFINS estão constituídos, respectivamente às alíquotas de 9%, 1,65% e 7,6%.

	Consolidado							
	Ativo				Passivo			
	2009		2008		2009		2008	
Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	
Imposto de renda	3.493	873	4.012	1.003	1.321	330	4.339	1.085
Diferenças temporárias	3.493	873	4.012	1.003	1.321	330	4.339	1.085
Contribuição social	3.493	315	4.012	361	1.321	120	4.339	390
Diferenças temporárias	3.493	315	4.012	361	1.321	120	4.339	390
PIS					1.398	23	4.521	75
Diferenças temporárias					1.398	23	4.521	75
COFINS					1.398	106	4.521	344
Diferenças temporárias					1.398	106	4.521	344
Total		<u>1.188</u>		<u>1.364</u>		<u>579</u>		<u>1.894</u>
Circulante		593		686		579		1.057
Não circulante		595		678		-		837

Estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração da COSERN, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da COSERN e do mercado que a mesma opera, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está apresentada a seguir:

	2010	2011	Consolidado Total
Imposto de renda	436	437	873
Contribuição social	157	158	315
	<u>593</u>	<u>595</u>	<u>1.188</u>

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da COSERN.

#### Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei nº. 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº. 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT é opcional para o biênio 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia e sua controlada em conjunto efetuaram sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009 ("DIPJ") ano-calendário 2008.

#### **14 BENEFÍCIO FISCAL – ÁGIO INCORPORADO DA CONTROLADORA (CONSOLIDADO)**

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº.s 319/99 e 349/01.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da COSERN nas demonstrações contábeis, o valor líquido total de R\$ 7.061 (R\$ 7.581 em 2008), foi classificado no balanço no ativo circulante e no ativo não circulante – realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.<sup>3</sup>



Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para manutenção do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, cujos saldos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 são como segue:

	Consolidado
Balanço:	
Ágio incorporado	37.128
Provisão constituída	(24.504)
Benefício fiscal	12.624
Amortização do ágio acumulada	(14.832)
Reversão da provisão acumulada	9.789
Saldo em 31 de dezembro de 2008	7.581
Amortização	(1.529)
Reversão	1.009
Saldo em 31 de dezembro de 2009	7.061
Circulante	522
Não circulante	6.539

O ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde dezembro de 2000, em 325 parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 474, de 30 de novembro de 2000, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Curva de amortização de ágio					
Ano	Fatores	Anc	Fatores	Ano	Fatores
2009	0,04118	2016	0,03430	2023	0,02551
2010	0,04133	2017	0,03289	2024	0,02442
2011	0,03983	2018	0,03153	2025	0,02336
2012	0,03842	2019	0,03022	2026	0,02235
2013	0,03705	2020	0,02907	2027	0,02138
2014	0,03741	2021	0,02784		
2015	0,03575	2022	0,02666		

## 15 ESTOQUE (CONSOLIDADO)

	2008	Consolidado 2008
Estoque total	293	499
Imobilizado em curso	(197)	(401)
	96	98

**16 OUTROS CRÉDITOS (CONSOLIDADO)**

	ref	Consolidado	
		2009	2008
Subvenção à baixa renda – tarifa social	(1)	389	337
Adiantamento a empregados		86	121
Adiantamento a fornecedores	(2)	873	-
Serviços prestados a terceiros		51	83
RGR a compensar		47	100
Entidade de previdência privada		-	3
Desativações em curso		360	216
Dispêndios a reembolsar em curso	(3)	687	439
MCSD Ex Post	(4)	718	-
Outros créditos a receber		224	112
Total		<u>3.435</u>	<u>1.411</u>
Circulante		3.301	1.382
Não circulante		134	29

- (1) O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, causando impacto na receita operacional da COSERN.

Por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, foram definidas as fontes para concessão de subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda, decorrente dos novos critérios estabelecidos no artigo 1º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e conforme o estabelecido no artigo 5º da Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

- (2) Em 2 de outubro de 2009, a COSERN assinou Acordo de Transferência de Bens Elétricos com as Cooperativas de Eletrificação Rural CERVAL, CERMOL, CERPAL, CERTRIL e CERPOL, tendo como intervenientes a ANEEL e a ARSEP. O objeto do acordo é a aquisição e incorporação com transferência de gestão operacional, por parte da Companhia, dos acervos elétricos de propriedade das Cooperativas, bem como a quitação de dívidas das Cooperativas, relativas ao fornecimento de energia elétrica, para com a COSERN, assim como para pôr fim a todos os litígios entre as Partes.

A COSERN pagará pelos ativos o valor apurado conforme avaliação efetuada por empresa credenciada pela ANEEL, e com base em parâmetros oferecidos pela ANEEL e utilizados nas revisões tarifárias da Companhia. Como parte do acordo, a COSERN adiantou às referidas cooperativas o montante, em valores proporcionais a participação da Uptick de R\$ 873, registrado como outros créditos. O laudo de avaliação emitido como resultado do trabalho será homologado pela ANEEL que se compromete, já no próximo reposicionamento tarifário, recalculando o fator X referente ao segundo ciclo tarifário da Companhia tendo em vista a incorporação dos ativos das Cooperativas.

Na data da liquidação da operação, a COSERN pagará a diferença entre o valor resultante da avaliação dos ativos e o valor da dívida das Cooperativas, descontado também o adiantamento efetuado. Nenhum ajuste contábil foi incluído nas demonstrações contábeis da COSERN decorrente desse assunto.

- (3) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsáveis pelo beneficiário.
- (4) Valores a receber oriundos da colocação das sobras de energia no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) Ex-Post. Estes valores estão contabilizados com base em estimativa da Administração e serão realizados no primeiro trimestre de 2010.

## 17 IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

Por natureza, o valor do imobilizado da COSERN está composto da seguinte forma (em valores proporcionais a participação da Uptick):

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Consolidado				
		2009	2008	2009	2008	
		Custo	Depreciação amortização acumulada	(-) Obrigações vinculadas a concessão	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>						
Terrenos		146			146	146
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,00	1.108	(394)		714	670
Máquinas e equipamentos	4,68	55.174	(21.009)	(8.428)	25.737	22.088
Veículos	20,08	573	(345)		228	153
Móveis e utensílios	9,42	204	(116)		88	79
Subtotal		57.205	(21.864)	(8.428)	26.913	23.136
<b>Em curso</b>						
Terrenos		39			39	
Edificações, obras civis E benfeitorias		73			73	69
Máquinas e equipamentos		4.323		(871)	3.452	2.490
Veículos		21			21	72
Móveis e utensílios						14
Material em depósito		245			245	420
Outros		(55)			(55)	
Subtotal		4.646		(871)	3.775	3.065
Total		61.851	(21.864)	(9.299)	30.688	26.201

O imobilizado em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

Por atividade, o imobilizado da COSERN está constituído da seguinte forma, (em valores proporcionais à participação da Uptick):

						Consolidado	
						2009	2008
	<u>Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)</u>	<u>Custo</u>	<u>Deprec. acumulada</u>	<u>Subtotal</u>	<u>(-) Obrigações vinculadas a concessão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Valor líquido</u>
<u>Em serviço</u>							
Distribuição	4,64	55.687	(21.102)	34.585	(8.428)	26.157	22.533
Comercialização	10,02	111	(93)	18	-	18	26
Administração	11,06	1.407	(669)	738	-	738	577
Subtotal		<u>57.205</u>	<u>(21.864)</u>	<u>35.341</u>	<u>(8.428)</u>	<u>26.913</u>	<u>23.136</u>
<u>Em curso</u>							
Distribuição		4.602	-	4.602	(871)	3.731	2.881
Administração		44	-	44	-	44	184
Subtotal		<u>4.646</u>	<u>-</u>	<u>4.646</u>	<u>(871)</u>	<u>3.775</u>	<u>3.065</u>
Total		<u>61.851</u>	<u>(21.864)</u>	<u>39.987</u>	<u>(9.299)</u>	<u>30.688</u>	<u>26.201</u>

### Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos nº 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1997, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

### Encargos financeiros

Em atendimento as disposições contidas na Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 557, de 05 de junho de 2009, a COSERN transferiu para o Ativo Imobilizado em curso os seguintes (proporcionais à participação da Uptick):

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Juros contabilizados no resultado	2.301	2.603
(-) Transferências para o imobilizado em curso	<u>(18)</u>	<u>(21)</u>
Efeito líquido no resultado	<u>2.283</u>	<u>2.582</u>

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Estas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A Resolução Normativa ANEEL n. 234, de 31 de outubro de 2006, estabelece os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica, que na Companhia ocorreu em abril de 2008, e determina que as obrigações especiais sejam amortizadas às mesmas taxas de depreciação do ativo imobilizado em serviço, usando-se uma taxa média a partir da revisão tarifária. A controlada em conjunto COSERN adotou o procedimento a partir da revisão tarifária ocorrida em 22 de abril de 2008.

A mutação dessas obrigações, em valores proporcionais à participação da Uptick na COSERN, é a seguinte:

	<u>Saldos em 2008</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldos em 2009</u>
<u>Em serviço</u>					
<u>Custo</u>					
. Distribuição	<u>(8.832)</u>	<u>(369)</u>	<u>269</u>	<u>(219)</u>	<u>(9.151)</u>
Subtotal	<u>(8.832)</u>	<u>(369)</u>	<u>269</u>	<u>(219)</u>	<u>(9.151)</u>
<u>(-) Amortização</u>					
. Distribuição	<u>273</u>	<u>449</u>			<u>722</u>
Subtotal	<u>273</u>	<u>449</u>			<u>722</u>
Total em serviço	<u><u>(8.559)</u></u>	<u><u>80</u></u>	<u><u>269</u></u>	<u><u>(219)</u></u>	<u><u>(8.429)</u></u>
<u>Em curso</u>					
. Distribuição	<u>(993)</u>	<u>(97)</u>		<u>219</u>	<u>(871)</u>
Subtotal	<u>(993)</u>	<u>(97)</u>		<u>219</u>	<u>(871)</u>
Total obrigações vinculadas a concessão	<u><u>(9.552)</u></u>	<u><u>(17)</u></u>	<u><u>269</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(9.300)</u></u>

### Comodato

A COSERN possui contrato de cessão de edificação em comodato firmado com a Amara Brasil Ltda. para administração do almoxarifado (vide nota explicativa nº 37).

Bens	Razão	2009		2008	
		Valor Contábil		Valor Contábil	
		Custo	Depreciação	Custo	Depreciação
Almoxarifado Central	Administração do almoxarifado	39	(23)	39	(22)

### Plano Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica

A ANEEL, por meio da Resolução nº 223 de 29 de abril de 2003 e alterações posteriores, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica visando o atendimento de novas unidades consumidoras. A Lei nº 10.762 de 11 de novembro de 2003 alterou a prioridade de atendimento aos municípios dando ênfase àqueles com menor índice de eletrificação e limitou esses atendimentos apenas a novas unidades, ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 KW.

Apesar da Resolução nº. 175/2005-ANEEL, de 28 de novembro de 2005, ter estabelecido o ano de 2008 como prazo máximo para atingir a universalização, foi identificada uma grande quantidade de unidades consumidoras no meio rural sem acesso aos serviços de distribuição de energia elétrica na área de concessão da COSERN. Baseado nesse fato que também é comum a outras concessionárias, foi publicada, em 19 de maio de 2009, a Resolução nº. 365/2009-ANEEL alterando a Resolução nº. 175/2005-ANEEL e estabelecendo metas de universalização, no âmbito do Programa Luz para Todos – PLPT, para as concessionárias e permissionárias para o biênio 2009-2010. Nesse sentido, a COSERN e a ELETROBRÁS assinaram mais um contrato para a execução de uma nova etapa do PLPT, estendendo sua conclusão para o final de 2009.

Dessa forma, considerando a execução do PLPT em 2009, até 31 de dezembro de 2009, a COSERN investiu cerca de R\$ 296 milhões (R\$ 17 milhões, em valores proporcionais a participação da Uptick), interligando um total de 316.471 novos consumidores (306.821 até 2008) ao seu sistema de distribuição.

### Programa Luz Para Todos

O Decreto Presidencial nº. 4.873, de 11 de novembro de 2003, instituiu o Programa Luz para Todos, no âmbito do Programa de Universalização, destinado a propiciar o fornecimento de energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

**18 INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)**

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

		2009	2008		
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Faixas de servidões		373		373	414
Direito de uso de softwares	20,11	2.464	(2.040)	424	332
Subtotal		2.837	(2.040)	797	746
Em curso					
Faixas de servidões		43		43	47
Direito de uso de softwares		2.484		2.484	1.601
Subtotal		2.527	-	2.527	1.648
Total		5.364	(2.040)	3.324	2.394

Faixas de servidões são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes não há amortização.

Direitos de uso de softwares são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares.

Por atividade, o intangível está constituído da seguinte forma:

		2009	2008	
	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço				
Distribuição	1.515	(840)	675	631
Comercialização	615	(615)		
Administração	706	(584)	122	115
Subtotal	2.836	(2.039)	797	746
Em curso				
Distribuição	49		49	53
Administração	2.478		2.478	1.595
Subtotal	2.527		2.527	1.648
Total	5.363	(2.039)	3.324	2.394

A mutação do intangível está demonstrada abaixo:

	Saldos em 2008	Adições	Transferências		Saldos em 2009
			Capitalização	Outros	
Em serviço					
Custo					
Distribuição	1.397	-	118	-	1.515
Comercialização	615	-	-	-	615
Administração	643	-	70	(7)	706
Subtotal	2.655	-	188	(7)	2.836
(-) amortização					
Distribuição	(767)	(73)	-	-	(840)
Comercialização	(615)	-	-	-	(615)
Administração	(527)	(57)	-	-	(584)
Subtotal	(1.909)	(130)	-	-	(2.039)
Total em serviço	746	(130)	188	(7)	797
Em curso					
Distribuição	53	114	(118)	-	49
Administração	1.595	953	(70)	-	2.478
Subtotal	1.648	1.067	(188)	-	2.527
Total	2.394	937	-	(7)	3.324

A amortização do intangível está sendo contabilizada no resultado na rubrica de depreciação e amortização.

## 19 INVESTIMENTO REMUNERÁVEL (CONSOLIDADO)

O investimento remunerável, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS líquido, Ativo Intangível Líquido, Obrigações Especiais, Estoque e Ativo Diferido, sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS bruto que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida – RR da Concessão, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº. 637/2008, já atualizados pelo IGPM nos reajustes tarifários anuais já ocorridos, estariam assim formados:

	Revisão definitiva retroativa abril-2008	Reajuste abril-2009
Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	92.353	97.054
(-) Depreciação acumulada -46,2%	(42.629)	(44.799)
(-) Obrigações vinculadas ao SPEE	(12.702)	(13.348)
<b>Ativo Imobilizado em Serviço Líquido</b>	<b>37.022</b>	<b>38.907</b>
(+) Almoxarifado	79	83
<b>Investimento Remunerável (Base de Remuneração)</b>	<b>37.101</b>	<b>38.990</b>
(+) Investimento previsto no Xe	21.604	22.932
<b>Investimento Total Remunerável na Tarifa</b>	<b>58.705</b>	<b>61.922</b>
Bens 100% depreciados	6.048	6.077
Varição do IGPM (RH ANEEL/ Reajuste tarifário nº 805 de 14/04/2009)		5,09%
Cota de depreciação - Taxa Média Anual	4,57%	4,57%



**20 INVESTIMENTOS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)**

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Participação em controlada em conjunto (i)	34.065	32.101		
Ágio	19.601	19.601	19.601	19.601
Outros investimentos			65	60
	<u>53.666</u>	<u>51.702</u>	<u>19.666</u>	<u>19.661</u>

(i) As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 e 2008 da controlada em conjunto foram examinadas por outros auditores independentes.

**(a) Movimentação do investimento na COSERN nos exercícios**

	2009	2008
Saldos no início do exercício	51.702	50.463
Amortização de ágio	-	(1.009)
Equivalência patrimonial	11.471	12.354
Juros sobre o capital próprio	(1.966)	(1.865)
Dividendos	(7.541)	(8.241)
Saldos no fim do exercício	<u>53.666</u>	<u>51.702</u>

**(b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio ("JCP")**

A composição analítica dos valores deliberados ou propostos pela Controlada em Conjunto COSERN a título de Dividendos e JCP é, como segue:

Data:	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação (em R\$):	Valor Total (em R\$ mil):
	Reunião do Conselho de Administração		0,0835569 ON	
29/06/2009		JCP	0,0919126 PNA/B	836
	Reunião do Conselho de Administração		0,0648491 ON	
30/09/2009		JCP	0,0713340 PNA/B	649
		Dividendos	0,2297757 ON	
			0,2527532 PNA/B	2.298
	Reunião do Conselho de Administração		0,0481307 ON	
18/12/2009		JCP	0,0529438 PNA/B	481
	Proposta da administração COSERN		0,5242452 ON	
31/12/2009		Dividendos	0,5766697 PNA/B	5.243

(c) Informações sobre a COSERN – Cia. Energética do Rio Grande do Norte

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Capital social	179.787	179.787
Quantidade de ações da COSERN Subscritas e integralizadas	168.074.028	168.074.028
Quantidade de ações possuídas:		
Ordinárias	7.576.650	7.576.650
Preferenciais – Classes A	1.156.609	1.156.609
Preferenciais – Classes B	<u>1.047.352</u>	<u>1.047.352</u>
Subscritas e integralizadas	9.780.611	9.780.611
Participação no capital		
Capital votante	5,8396%	5,8396%
Capital social	5,8192%	5,8192%
Lucro líquido do exercício	<u>197.165</u>	<u>212.344</u>
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	<u>585.391</u>	<u>551.633</u>

A participação inicial na COSERN foi adquirida por meio de leilão público realizado em 12 de dezembro de 1997 e de leilão especial realizado em 20 de fevereiro de 1998. A Comissão de Valores Mobiliários - CVM deferiu, em 4 de janeiro de 1999, o registro como companhia aberta da COSERN, para negociação dos seus valores mobiliários em bolsa de valores. A Uptick Participações S.A. é controladora em conjunto da COSERN, nos termos do Protocolo de Entendimentos firmado entre os acionistas daquela empresa em 11 de dezembro de 1997.

Em reunião de 11 de julho e 13 de dezembro de 2000, o Conselho de Administração da Uptick aprovou sua participação na 1ª e 2ª Ofertas Públicas de Ações da COSERN, realizadas em 12 de maio e 22 de dezembro de 2000, ofertadas e adquiridas ao preço unitário de R\$ 3,90. Nessas ofertas públicas foram adquiridas 851.280 ações ordinárias e 936.299 ações preferenciais adicionais.

O ágio apurado nas aquisições das participações está sendo amortizado pelo prazo de concessão da COSERN para exploração do Serviço Público de Energia Elétrica no Estado do Rio Grande do Norte, de 30 anos.

## 21 ANÁLISE DO VALOR DE RECUPERAÇÃO DOS ATIVOS (CONSOLIDADO)

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos em uso com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

Os fluxos de caixa foram projetados com base nos resultados operacionais e projeções da COSERN até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- Taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital.

O valor recuperável destes ativos supera seu valor contábil, e, portanto, não há perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

## 22 FORNECEDORES (CONSOLIDADO)

	Consolidado	
	2009	2008
Fornecedores de energia elétrica	3.077	2.262
Encargos de uso da rede	530	355
Materiais e serviços	1.710	997
Total	<u>5.317</u>	<u>3.614</u>

## 23 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS (CONSOLIDADO)

	Consolidado				
	2009				2008
	Encargos da dívida	Circulante	Não circulante	Total	Total
Moeda nacional:					
União – BNDES/ Eletrobrás	13	313	1.265	1.591	-
BNB	11	1.312	8.129	9.452	8.647
BNDES Emergencial	8	1.928		1.936	3.019
Eletrobrás		176	1.034	1.210	1.386
FINEP	1	85	298	384	181
Banco do Brasil					1.900
	<u>33</u>	<u>3.814</u>	<u>10.726</u>	<u>14.573</u>	<u>15.133</u>

## Captações no exercício:

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – A COSERN, em 14 de outubro de 2009, obteve aprovação de financiamento no montante de R\$ 1.242, proporcionais à participação da Uptick, para custear parcialmente despesas incorridas na elaboração do projeto “Programa de Inovação da Cosern 2009”.

## Condições contratuais dos empréstimos em 31 de dezembro de 2009:

Fonte	Moeda	Data de assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento
União – BNDES/ Eletrobrás	R\$	30/03/1994	Refinanciamento de dívida com BNDES	IGPM + 10,236% a.a.	2014
União – Eletrobrás	R\$	30/03/1994	Refinanciamento de dívida com Eletrobrás	TJLP + 10,236% a.a.	2014
Eletrobrás	R\$	DIVERSAS	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores	6 a 9 % a.a.	2018
BNDES/ Emergencial	R\$	14/02/2002	Emergencial de redução do consumo de energia elétrica	SELIC + 1% a.a.	2010
BNB	R\$	23/12/2004	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10,0% a.a.	2013
BNB II	R\$	27/11/2006	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10,0% a.a.	2014
BNB III	R\$	30/11/2007	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	TJLP + 3,21% a.a.	2022
BNB IV	R\$	27/06/2008	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	10,0% a.a.	2016
FINEP	R\$	23/12/2004	Otimização e desempenho da rede de distribuição e programas comunitários	TJLP + 5% a.a.	2011

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias ou aval do acionista controlador, fiança bancária ou aplicações financeiras (contas reservas).

## O montante devido em moeda nacional desdobra-se da seguinte forma:

	2009		2008	
		%		%
Moeda nacional:				
Juros prefixados	8.319	57,10	7.113	47,00
UFIR	1.210	8,30	1.387	9,15
IGPM	1.422	9,80	1.704	11,26
TJLP	1.685	11,60	1.911	12,63
SELIC	1.937	13,30	3.018	19,94
Total	<u>14.573</u>	<u>100,00</u>	<u>15.133</u>	<u>100,00</u>
Principal	14.540		15.086	
Encargos	33		47	
	<u>14.573</u>		<u>15.133</u>	

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008:

Moeda/Indexador	Variação %	
	2009	2008
Índice Geral de Preços Mercado – IGPM	(1,71)	9,81
TJLP	6,00	6,25
SELIC	9,89	12,48

A distribuição por ano de vencimento das dívidas de longo prazo é a seguinte:

Cronograma de pagamento	Consolidado	
	2009	2008
2010	-	3.927
2011	2.282	2.035
2012	2.290	2.028
2013	2.290	2.019
2014	1.387	1.132
Após 2014	2.477	1.260
Total	10.726	12.401

A Mutação de empréstimos e financiamentos, em valores proporcionais   participacão da Uptick na COSERN,   a seguinte:

	Passivo Circulante	N�o Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	2.732	12.401	15.133
Ingressos	1.106	2.044	3.150
Encargos	1.167	116	1.283
Varia�o monet�ria	(4)	(21)	(25)
Transfer�ncias	3.832	(3.832)	
Amortiza�es	(4.979)		(4.979)
(-) Custos de transac�o	(7)	18	11
Saldos em 31 de dezembro de 2009	3.847	10.726	14.573

**24 DEBÊNTURES E ENCARGOS (CONSOLIDADO)**

Debêntures	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Encargos		Principal		2009	2008
			Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Total	
4ª Emissão – série única	16.360	CDI + 0,6% a.a	71	1.058	8.462	9.591	9.626	
(-) custos de transação 4ª emissão			-	(24)	(51)	(75)	(97)	
Total			71	1.034	8.411	9.516	9.529	

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 556, de 12 de novembro de 2008, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 08, a COSERN adotou os procedimentos de contabilização e evidenciação dos custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de debêntures.

As escrituras de emissões das debêntures prevêem manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2009 e 2008, a COSERN atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

	Consolidado	
	2009	2008
2010	-	1.050
2011	2.103	2.097
2012	2.103	2.097
2013	2.103	2.097
2014	2.102	2.098
Total	8.411	9.439

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2008	90	9.439
Encargos	981	
Transferências	1.058	(1.058)
Amortizações e pagamentos de juros	(1.016)	
(-) Custos de transação	(8)	30
Saldo em 31 de dezembro de 2009	1.105	8.411

**25 TAXAS REGULAMENTARES (CONSOLIDADO)**

	Consolidado	
	2009	2008
Reserva Global de Reversão – RGR	54	40
Conta de Consumo de Combustível – CCC	45	236
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	40	35
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	20	136
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	10	29
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(1) 285	504
Programa de Eficientização Energética – PEE	(1) 767	500
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia -TFSEE	10	11
<b>Total</b>	<b>1.231</b>	<b>1.491</b>

(1) A COSERN reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º. mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs. 300/2008 e 316/2008.

**26 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS (CONSOLIDADO)**

	Consolidado	
	2009	2008
Provisões de Férias e 13º salário	235	365
Encargos sobre Provisões de Férias e 13º salário	78	62
Provisão PLR	179	157
Outros	51	83
<b>Total</b>	<b>543</b>	<b>667</b>
Passivo Circulante	493	584
Passivo não Circulante	50	83

**27 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS (CONSOLIDADO)****27.1 Contingências passivas**

As provisões constituídas para contingências e respectivos depósitos judiciais da COSERN são compostos como segue, em valores proporcionais à participação da Uptick:

	Consolidado			
	2009		2008	
	Contingências	(-) Depósitos Judiciais	Provisão Líquida	Provisão Líquida
Trabalhistas	929	(492)	437	533
Cíveis	942	(97)	845	775
Fiscais	200	(271)	(71)	176
<b>Total</b>	<b>2.071</b>	<b>(860)</b>	<b>1.211</b>	<b>1.484</b>
Passivo circulante	376	-	376	371
Passivo Não Circulante	1.695	(860)	835	1.113

	Contingências			
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2008	944	845	387	2.176
Constituição	89	70	-	159
Baixas / reversão	(240)	(125)	(224)	(589)
Remuneração	<u>136</u>	<u>152</u>	<u>37</u>	<u>325</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>929</u>	<u>942</u>	<u>200</u>	<u>2.071</u>

A administração da COSERN, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.



Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a COSERN, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária e subsidiária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

<u>Contingência Trabalhista</u>	<u>Valor atualizado</u>	<u>Instância</u>	<u>Expectativa de Perda</u>	<u>Valor Provisionado</u>	
				<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ex- empregados da COSERN	343	1ª,2ª e 3ª	Provável	343	311
	148	1ª,2ª e 3ª	Possível		
Ex- empregados de Empreiteiras	150	1ª,2ª e 3ª	Provável	150	98
	435	1ª,2ª e 3ª	Possível		
Empregados	436	1ª,2ª e 3ª	Provável	436	535
	32	1ª,2ª e 3ª	Possível		
<b>Total</b>	<b>1.544</b>			<b>929</b>	<b>944</b>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Cíveis

Ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

<u>Contingência Cível</u>	<u>Valor atualizado</u>	<u>Instância</u>	<u>Expectativa de Perda</u>	<u>Valor Provisionado</u>	
				<u>2009</u>	<u>2008</u>
Clientes - Tarifas Plano Cruzado	533	1ª,2ª e 3ª	Provável	533	517
	24	1ª,2ª e 3ª	Possível		
Indenização por perdas	97	1ª,2ª e 3ª	Provável	97	91
	400	1ª,2ª e 3ª	Possível		
Acidentes terceiros	112	1ª,2ª e 3ª	Provável	112	87
	169	1ª,2ª e 3ª	Possível		
Outras	196		Provável	200	150
	2.027		Possível		
<b>Total</b>	<b>3.558</b>			<b>942</b>	<b>845</b>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação dos índices divulgados na tabela da Justiça Federal.

Clientes – Tarifas Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e nº 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

Indenização por perdas – Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

Acidente terceiros – Ações movidas por pessoas físicas em virtude de acidentes elétricos que causaram morte ou danos físicos.

Outras – Administrativa, Contrato de Demanda, Poder normativo da Concessionária, Cooperativas, Contratos Comercial/Financeiro, Débito de terceiros, honorários advocatícios, Inadimplência, Irregularidade de consumo, Corte indevido, Empréstimo Compulsório, Encargo de capacidade emergencial, Indenização por Danos Morais, Danos Materiais ou Morais e Materiais, Contratos com Terceirizados, Agentes Arrecadadores, Revisão de Consumo de Energia, Ações de Cobrança e execução contra ente público, usuário privado, Serviços de rede, Repetição de Indébito, Racionamento de Energia Elétrica ou Revisão de Faturamento.

### Fiscais

Ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingência Fiscal	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
				2009	2008
ICMS	1.708	1ª, 2ª e 3ª	Possível		
ISS	4	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4	3
	1.628	1ª, 2ª e 3ª	Possível		
PIS/COFINS		1ª, 2ª e 3ª	Provável		101
COFINS	1	1ª, 2ª e 3ª	Provável	1	
Outras	195	1ª, 2ª e 3ª	Provável	195	282
	87	1ª, 2ª e 3ª	Possível		
Total	<u>3.623</u>			<u>200</u>	<u>386</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

ICMS - Diversas ações movidas pelos municípios do RN objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a COSERN antes da privatização da Companhia, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996. No caso das ações envolvendo a remissão do ICMS, os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos. Por outro lado, a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a Companhia, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto, os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos.

ISS - Refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

IRPJ - Refere-se a Auto de Infração no qual se discute lucro inflacionário acumulado realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório.

COFINS - Refere-se a processo judicial argüindo a exclusão da multa de mora do parcelamento da COFINS. A decisão do STJ não tem sido favorável a tese da denúncia espontânea em parcelamento de débitos.

*Outras* – Demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

## 26.2 Contingência Ativa

PIS / COFINS (alargamento da base de calculo) – A Controlada em conjunto COSERN impetrou mandado de segurança com pedido de liminar em 21 de julho de 2004, em curso no Tribunal Regional Federal – 1ª região, argüindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98, que incluiu na base de cálculo de PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras.

Os consultores jurídicos da COSERN atribuem uma probabilidade de ganho praticamente certa para a ação judicial conforme definido no Comunicado Técnico 05/2009 do IBRACON. Sendo assim, de acordo com a Deliberação CVM 485/05, o montante estimado do crédito pleiteado a valor nominal, correspondente, em valores proporcionais a participação da Uptick, a R\$ 505, mais atualização monetária no montante de R\$ 553 até 31 de dezembro de 2009, foram registrados contabilmente no grupo de tributos e contribuições sociais no ativo não circulante (vide nota 12).

**28 OUTRAS CONTAS A PAGAR (CONSOLIDADO)**

	Consolidado	
	2009	2008
Consumidores	707	314
Contribuição para custeio de serviço de iluminação pública - COSIP		297
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS	17	17
Convênios		16
Caução em garantia	82	59
Encargos CBEE	2	1
Outros	78	122
<b>Total</b>	<b>886</b>	<b>826</b>
Circulante	846	774
Não Circulante	40	52

**29 PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO)**Capital social

O capital social autorizado da Uptick Participações S.A., conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 1997, é de 200.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 52.437.003 ações encontram-se subscritas e integralizadas.

Acionistas	Nº de ações em 2009
Ennesa Fundo de Investimento em Ações	52.436.999
Outros	4
<b>Total</b>	<b>52.437.003</b>

Reserva legal

Foi constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2009, foi constituído o montante de R\$ 560.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração e/ou Assembléia de Acionistas da Companhia aprovaram a declaração de dividendos intermediários e propostos, e juros sobre capital próprio aos seus acionistas. Adicionalmente, a administração da companhia esta propondo a destinação de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 7.724, conforme segue:

<b>2009</b>				
Data:	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação ON (em R\$):	Valor Total (em R\$ mil):
30/04/2009	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos	0,001384	73
30/06/2009	Reunião do Conselho de Administração	JCP	0,015936	836
31/12/2009	Proposta da administração Uptick	Dividendos	0,147307	<u>7.724</u>
				8.633
<b>2008</b>				
Data:	Ato societário:	Tipo de Provento	Valor por ação ON (em R\$):	Valor Total (em R\$ mil):
14/11/2008	Reunião do Conselho de Administração	Dividendos JCP	0,043933 0,029304	2.304 1.537
31/12/2008	Proposta da administração Uptick	Dividendos	0,076536	<u>4.013</u>
				7.854

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro líquido do exercício	11.195	11.191
Reserva legal (5%)	<u>(560)</u>	<u>(559)</u>
Base de cálculo dos dividendos	10.635	10.632
Dividendos obrigatórios - 25%	(2.659)	(2.658)
Juros sobre capital próprio deliberados	836	1.537
Dividendos	73	2.304
Proventos propostos	<u>7.724</u>	<u>4.013</u>
	8.633	7.854
Valor excedente de proventos pagos ou propostos em relação à base de cálculo dos dividendos	<u>5.974</u>	<u>5.196</u>

Na controladora Uptick, a formação do saldo de Dividendos e JCP a pagar é como segue:

<u>Saldos em 31 de dezembro de 2008</u>	<u>8.638</u>
Dividendos e JCP:	
Declarados	909
Propostos	7.724
Pagos no período	<u>(9.547)</u>
<u>Saldos em 31 de dezembro de 2009</u>	<u>7.724</u>

### 30 FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA (CONSOLIDADO)

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, em valores proporcionais a participação da Uptick é a seguinte:

	Nº de consumidores faturados (1)		MWh		R\$	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
						(Reclassificado)
Consumidores:						
Residencial	915.366	846.965	1.328.697	1.225.190	25.836	23.252
Industrial	5.253	4.957	1.119.418	937.490	16.219	13.237
Comercial	71.253	66.431	781.657	745.732	17.033	15.842
Rural	64.610	50.429	288.359	332.541	2.776	2.717
Poder Público	11.315	10.500	213.139	196.593	4.764	4.440
Iluminação Pública	4.798	4.072	142.450	142.301	1.626	1.586
Serviço Público	1.539	1.511	228.379	223.104	3.408	3.146
Consumo Próprio	93	92	4.365	4.519	-	-
Suprimento	1				-	-
Fornecimento não faturado					152	(61)
Transferência para atividade de distribuição					(39.670)	(32.123)
Subtotal	<u>1.074.228</u>	<u>984.957</u>	<u>4.106.464</u>	<u>3.807.470</u>	<u>32.144</u>	<u>32.036</u>
Receita (reversão) da recomposição tarifária					(2.779)	(2.020)
Receita (reversão) reposicionamento tarifário					(343)	(103)
Receita (reversão) energia livre					(908)	(420)
Receita (reversão) Programa Luz para Todos					81	(89)
Subvenção à tarifa social baixa renda					2.777	2.133
Total	<u>1.074.228</u>	<u>984.957</u>	<u>4.106.464</u>	<u>3.807.470</u>	<u>30.972</u>	<u>31.537</u>

**31 DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO (CONSOLIDADO)**

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Receita de Uso da Rede Básica / Sistema de Conexão	809	1.430
Parcela de Ajuste – Revisão Tarifária da Transmissão		297
Transferência Atividade de Comercialização (Consumidores Cativos)	<u>39.671</u>	<u>32.123</u>
	<u>40.480</u>	<u>33.850</u>

**32 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS (CONSOLIDADO)**

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Renda da prestação de serviços	64	75
Arrendamentos e aluguel	308	283
Serviço taxado	71	92
Taxa de iluminação pública	126	115
Custo de adm. na faturas de fraude	42	57
Outras receitas	<u>107</u>	<u>63</u>
Total	<u>718</u>	<u>685</u>

**33 COMPRA E VENDA DE ENERGIA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CCEE**

Nos exercícios de 2008 e 2007 a COSERN efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da CCEE conforme demonstrado a seguir, em valores proporcionais a participação da Uptick:

	<u>COSERN</u>			
	<u>2009</u>		<u>2008</u>	
	<u>MWh (1)</u>	<u>R\$ (2)</u>	<u>MWh (1)</u>	<u>R\$ (2)</u>
Compra				
CCEE (*)			22.018	276
Ajustes	<u>349</u>	<u>7</u>	<u>17.631</u>	<u>88</u>
Subtotal	<u>349</u>	<u>7</u>	<u>39.649</u>	<u>364</u>
Total	<u>349</u>	<u>7</u>	<u>39.649</u>	<u>364</u>
Venda				
CCEE (*)	407.161	722	296.756	1.679
Ajustes		<u>761</u>	<u>3.666</u>	<u>58</u>
Subtotal	<u>407.161</u>	<u>1.483</u>	<u>300.422</u>	<u>1.737</u>
Total	<u>407.161</u>	<u>1.483</u>	<u>300.422</u>	<u>1.737</u>

(\*) venda estimada referente aos meses de novembro e dezembro de 2009.

Os montantes de receitas/despesas, faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da CCEE,

foram informados pela mesma e referendados pela COSERN.

### 34 RESULTADO OPERACIONAL (CONSOLIDADO)

	Ref.	<u>Consolidado</u>				
		<u>2009</u>	<u>2008</u>			
		<u>Custos dos serviços de energia elétrica e prestados a terceiros</u>	<u>Despesas com vendas</u>	<u>Despesas gerais e administrativas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Receita Operacional Líquida					49.759	46.337
Custos/Despesas Operacionais:						
Pessoal	(a)	(1.169)	(558)	(1.354)	(3.081)	(2.759)
Administradores		-	-	(103)	(103)	(62)
Entidade de previdência privada		(45)	(17)	(30)	(92)	(59)
Material		(173)	(12)	(19)	(204)	(326)
Serviços de terceiros		(857)	(682)	(1.452)	(2.991)	(2.702)
Taxa de fiscalização serviço de energia elétrica – TFSEE		(55)	(70)		(125)	(128)
Taxa Fiscalização CVM		-	-	(13)	(13)	(13)
Energia elétrica comprada para revenda	(b)	(25.546)	-	-	(25.546)	(20.659)
Encargos de uso do sistema transmissão	(c)	(3.402)	-	-	(3.402)	(3.872)
Depreciação e amortização	(d)	(1.784)	(7)	(151)	(1.942)	(3.068)
Arrendamentos e aluguéis		-	(4)	(16)	(20)	(22)
Tributos		(10)	(1)	(207)	(218)	(245)
Provisões líquidas - PCLD		(55)	(44)	-	(99)	(13)
Provisões líquidas - Contingências		-	-	429	429	96
Provisões para perda RTE		-	(19)	-	(19)	(109)
Provisões para perda Energia Livre		-	220	-	220	(67)
Outros	(e)	(28)	(164)	(289)	(481)	(657)
Total custos/despesas operacionais		<u>(33.124)</u>	<u>(1.358)</u>	<u>(3.205)</u>	<u>(37.687)</u>	<u>(34.665)</u>
Resultado do Serviço					<u>12.072</u>	<u>11.672</u>
Resultado Financeiro					1.378	1.560
Juros sobre capital próprio					(1.966)	(1.866)
Resultado na alienação de bens e serviços					(121)	(66)
Resultado Operacional					<u>11.363</u>	<u>11.300</u>



(a) Custo e despesa de pessoal (Consolidado)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Remunerações	1.222	1.208
Encargos sociais	570	546
Auxílio alimentação	164	140
Convênio assistencial e outros benefícios	867	615
Incentivo à aposentadoria e PDV	25	(45)
Provisão férias e 13º salário	372	263
Plano de saúde	102	98
Indenização trabalhista	105	77
Participação nos resultados	455	416
Encerramento de ordens em curso	1	
(-) Transferências para ordens	<u>(802)</u>	<u>(559)</u>
Total	<u>3.081</u>	<u>2.759</u>

(b) Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado)

	Consolidado			
	<u>2009</u>		<u>2008</u>	
	<u>R\$</u>	<u>MWh</u>	<u>R\$</u>	<u>MWh</u>
CHESF	3.225	805.951	5.297	1.314.414
CEEE	363	84.528	374	92.596
CESP	2.057	423.190	1.872	427.010
COPEL	1.533	338.835	1.328	329.370
DUKE	402	86.355	426	96.609
Eletronorte	1.285	287.155	1.376	323.266
EMAE	12	25.820	118	27.964
ENERGEST	143	30.343	148	33.325
TRACTBEL	1.203	153.069	7	1.512
PETROBRÁS	662	175.540	599	74.408
CEMIG GERAÇÃO	1.457	239.946	811	173.839
FURNAS	5.341	1.162.823	5.318	1.241.505
LIGHT	395	105.352	418	117.604
Termoaçu	6.449	779.640	2.001	269.284
CCEAR	-		364	22.018
CCEE	7			
Parcela A - Energia	912		(812)	
Crédito PIS/ COFINS	(2.385)		(1.772)	
PROINFA	956	97.582	529	66.393
ESS	519		851	
Outros	1.855	311.107	1.406	86.600
Ajustes	<u>(845)</u>			
Total	<u>25.546</u>	<u>5.107.236</u>	<u>20.659</u>	<u>4.697.717</u>

(c) Encargos do uso do sistema de transmissão (Consolidado)

	Consolidado	
	2009	2008
FURNAS	423	365
CTEPP	367	331
ELETRONORTE	242	222
CHESF	1.465	1.386
ELETROSUL	231	199
CEMIG	141	111
CEEE	98	89
ONS	106	86
NOVATRANS	110	103
TSN	118	94
AFLUENTE	9	9
COPEL	64	52
ETEO	38	
ENTE	47	43
NTE	33	30
EXPANSION	43	40
ATE	104	29
STN	38	35
EATE	93	84
ITE	45	
CVA Encargos	(238)	(26)
Parcela de ajuste (transmissoras)		297
Crédito PIS / COFINS	(591)	(171)
Outros	416	464
Total	<u>3.402</u>	<u>3.872</u>

d) Custo e despesa com depreciação e amortização (Consolidado)

	Consolidado	
	2009	2008
Quota de depreciação e amortização no exercício	2.004	3.093
(-) Depreciação/amortização transferida para ordens em curso	(22)	(21)
(-) Créditos de PIS e COFINS	(40)	(4)
Depreciação/amortização residual no resultado	<u>1.942</u>	<u>3.068</u>

(e) Outros custos e despesas operacionais (Consolidado)

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Seguros	16	11
Doações e contribuições	58	126
Recuperação de despesa		(1)
Publicações e avisos de desligamentos	2	197
Órgãos de classe	36	44
Serviços de custódia	-	10
Despesas de viagem	48	62
Consumo próprio de energia elétrica	4	3
Propaganda e publicidade	85	41
Processo cível	74	86
Processo fiscal		
Alimentação	32	13
Multa ANEEL	81	25
Encerramento de ordem em curso	1	4
Outros	<u>44</u>	<u>36</u>
Total	<u><u>481</u></u>	<u><u>657</u></u>

**35 RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS**

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ganho na desativação/alienação de bens direitos	45	39
Perda na desativação de bens e direitos	(167)	(116)
Outras receitas (despesas)	<u>1</u>	<u>11</u>
Total	<u><u>(121)</u></u>	<u><u>(66)</u></u>

**36 PARTICIPAÇÕES NOS RESULTADOS**

A COSERN mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº. 10.101/00 e artigo nº. 189 da Lei nº. 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante desta participação para o exercício de 2009 foi de R\$ 455 (R\$ 416 em 2008), na proporção da participação da Uptick.

**37 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (CONSOLIDADO)**

A COSERN mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações, em valores proporcionais à participação da Uptick, estão demonstrados a seguir::

Empresas	Natureza da operação	2009		2008	
		Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
Amara Brasil	Administração de almoxarifado	4	(58)	6	(54)
NC Energia	Serviços de consultoria		(1)		(5)
Afluentes	Uso da rede	1	(9)	1	(9)
Neoenergia	Dividendos	9.751		5.133	(394)
	Juros sobre capital próprio	1.660	(406)	394	
	Total Neoenergia	11.411	(406)	5.527	(394)
Iberdrola Energia	Dividendos	371		28	(33)
	Juros sobre capital próprio	29	(29)	284	
	Total Iberener	400	(29)	312	(33)
Termoaçu S.A.	Energia Fornecida		(398)	509	(1.476)
Rio PCH I	Energia comprada	6	(34)		
Neoserv	Prestação de serviço		(34)		(7)
Previ	Dividendos	81		7	(7)
	Juros sobre capital próprio	8	(8)	62	
		89	(8)	69	(7)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados de:

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL

Termoaçu S.A - Contrato nº. 4600015146, vigência de 1º de setembro de 2008 até 31 de agosto de 2028, conforme Despacho ANEEL nº. 1.828, de 13 de maio de 2008.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL

Rio PCH I – Contrato nº. 4600015569, vigência de 17 de janeiro de 2007 até 31 de dezembro de 2038, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº. 1.163 de dezembro de 2007.

b) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes – Contrato nº. 4600007603, de uso do sistema de transmissão, entre o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, COSERN e a Afluentes, com vigência até dezembro de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

c) Contratos de Prestação de Serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600014521, vigência de 16 de maio de 2008 até 15 de maio de 2011, conforme Despacho ANEEL nº. 3.045, de 15 de agosto de 2008.

NC Energia - Contrato nº. 4600014436, encerrado em 31 de março de 2009. O valor no resultado refere-se as despesas efetuadas até a data do encerramento.

NeoServ Ltda. - Contrato nº. 4600012632, vigência de 8 de agosto de 2007 até 7 de agosto de 2010, conforme Despacho ANEEL nº. 3.509, de 30 de novembro de 2007.

Adicionalmente a COSERN realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da COSERN entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

A remuneração total dos administradores da COSERN para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi, em valores proporcionais a participação da Uptick, de R\$ 100 (R\$ 62 em 2008), a qual é considerada benefício de curto prazo. A COSERN mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho. Não houve rescisão nos exercícios de 2009 e 2008.

## 38 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e à Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e sua controlada em conjunto efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Atualmente a Companhia e sua controlada em conjunto não possuem dívida em moeda estrangeira e nem operações com derivativos.

### Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2009, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Disponibilidades e Aplicações financeiras – são classificados como destinados à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.
  - Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento, e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado.
  - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e Títulos a Receber – decorrem diretamente das operações da COSERN, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
  - Fornecedores – decorrem diretamente das operações da COSERN e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
  - Empréstimos, financiamentos e debêntures
  - O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da COSERN e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.
- (1) Empréstimos e financiamentos – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, em sua maioria atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas.

- (2) Debêntures – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da COSERN em 31 de dezembro de 2009 e 2008, em valores proporcionais a participação da Uptick, são como segue:

	(Ativos) passivos			
	2009		2008	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Disponibilidades e Aplicações financeiras	(4.504)	(4.504)	(2.185)	(2.185)
Títulos e valores mobiliários	(2.312)	(2.312)	(1.244)	(1.244)
Consumidores, concessionárias e permissionárias e Títulos a receber	(25.551)	(25.551)	(25.012)	(25.012)
Empréstimos e financiamentos	14.573	14.573	15.133	15.263
Debêntures	9.516	9.325	9.529	8.999

Fatores de risco:

Riscos financeiros

- Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da COSERN vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. A COSERN não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco. Porém, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Vide abaixo, análise de sensibilidade do risco de encargos de dívida, demonstrando o efeito no resultado das variações nos cenários:

Quadro 1 - Risco de Deterioração dos Encargos Financeiros					2009
					R\$
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)	
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>					
Aplicações financeiras	CDI	291	386	481	
Títulos e Valores Mobiliários	CDI	156	208	260	
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>					
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures					
BNDES Emergencial	SELIC	(283)	(610)	(654)	
FINEP	TJLP	(13)	(31)	(37)	
4ª Emissão Debêntures	CDI	(981)	(2.176)	(2.389)	
União – Eletrobrás – Nr 94/00045-X	IGPM	(131)	(40)	(42)	
União – BNDES – Nr 94/00045-X	TJLP	(19)	(282)	(276)	
Referência para ATIVOS FINANCEIROS		Apreciação da taxa em			
CDI %		9,84	12,30	14,76	
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Apreciação da taxa em			
TJLP %		6,00	8,33	9,99	
IGPM %		-1,71	-2,14	-2,57	
CDI %		9,84	12,30	14,76	
SELIC %		9,89	12,37	14,84	



Quadro 2 - Risco de Deterioração das Receitas Financeiras

2009

Operação	Risco	Cenário provável	R\$	
			Cenário (II)	Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>				
Aplicações financeiras	CDI	291	215	165
Títulos e Valores Mobiliários	CDI	156	115	87
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
4ª Emissão Debêntures	CDI	981	2.133	2.247
Referência para ATIVOS FINANCEIROS		Diminuição da taxa em	25%	50%
		9,84	7,87	6,56
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS		Depreciação da taxa em	25%	50%
TJLP %		6,00	5,33	4,44
IGPM – N° índice		-1,71	-1,37	-1,14
CDI %		9,84	7,87	6,56
SELIC %		9,89	7,91	6,60

Essas análises de sensibilidade tem por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da COSERN. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da COSERN revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

#### Riscos operacionais

- Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da COSERN vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a COSERN monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- Risco de Vencimento antecipado

A COSERN possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativa nº.24).

- Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

### 39 COMPROMISSOS (CONSOLIDADO)

Os compromissos da COSERN relacionados a contratos de longo prazo para compra de energia, em valores proporcionais à participação da Uptick, são como segue:

	Vigência						R\$
		2011	2012	2013	2014	2015	Após 2015
Contrato de compra de energia	2010 a 2042	28.049	30.559	35.008	33.626	31.136	453.392

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 8 a 30 anos, representam o volume total contratado, pelo preço corrente no final do exercício de 2007, e foram homologados pela ANEEL.

### 40 PLANO BENEFICIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A COSERN é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, e são acumulados desde sua admissão nos planos. No Plano de Benefícios Previdenciários da FASERN – Regulamento 001 (Benefício Definido), eventuais insuficiências serão de co-responsabilidade da COSERN.

A partir de março de 1999, a FASERN implantou o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001, de Contribuição Definida, ao qual estão vinculados todos os empregados ativos.

O Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001, proporciona aos seus participantes benefícios de risco totalmente custeados pela COSERN, com cobertura para invalidez e morte. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, com pagamento único. Por suas características, este plano não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

A contribuição da COSERN para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº. 001 corresponde a 5,73% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 3,67% correspondem à contribuição normal (igual a dos participantes), 0,25% à contribuição dos benefícios de risco e 1,81% à cobertura das despesas administrativas da FASERN.

As contribuições pagas ou provisionadas durante o exercício, em valores proporcionais a participação da Uptick, foram as seguintes:

	FASERN	
	2009	2008
Custo do imobilizado em curso	20	12
Despesas operacionais	91	59
Total	111	71

#### Deliberação CVM nº 371 - Contabilização dos Planos de Pensão

Na avaliação atuarial do plano de benefício definido foi adotado o método do crédito unitário projetado, conforme facultado pela Interpretação Técnica do IBRACON nº 01/01, referendada pela CVM por meio do Ofício Circular CVM/SEP/SNC/nº 01/2002.

O parecer atuarial da FASERN, emitido por atuário independente, considerando as situações econômico-financeiras das fundações, em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 está resumido a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371/00:

Planos de Benefícios Definido	FASERN	
	2009	2008
Valor presente da obrigação atuarial com direitos já vencidos	(3.538)	(3.498)
Obrigação atuarial total com o plano	(3.538)	(3.498)
Valor justo dos ativos do plano	5.192	4.830
Valor presente da obrigação atuarial líquidas	1.654	1.332
Passivo/ (Ativo) líquido no balanço patrimonial	(1.422)	(1.299)
Valor do custo do serviço passado ainda não reconhecido no balanço	232	33
Perdas atuariais não reconhecidas	232	33

Os superávits apresentados nos planos previdenciários de benefício definido da FASERN minimizam o risco de eventual passivo atuarial futuro para a COSERN. A realização e registro contábil dos superávits não têm previsão na legislação atual.

Custo esperado do Plano Previdenciário de Benefício Definido	FASERN	
	2009	2008
Juros sobre a obrigação atuarial	329	308
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(490)	(431)
Custos de amortizações		
Custo esperado para o ano de 2009/2008	(161)	(123)

Principais premissas atuariais	FASERN	
	2009	2008
Taxa de desconto para valor presente da obrigação atuarial	9,73%	9,20%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	9,73%	9,20%
Índice estimado de aumentos salariais futuros	N/A	N/A
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,50%	4,00%
Fator de capacidade benefício/salário	98,00%	98,00%
Tábua geral de mortalidade	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Tábua de entrada de invalidez	N/A	N/A

### Outros Benefícios

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a COSERN oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, auxílios refeição, transporte, funeral e creche, capacitação e desenvolvimento, que são periodicamente negociados por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a COSERN despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 368 (R\$ 371 em 2008), proporcionais à participação da Uptick..

#### 41 SEGUROS (CONSOLIDADO)

A especificação por modalidade de risco, a data de vigência dos principais seguros, os valores assegurados e os prêmios proporcionais a participação da Uptick, de acordo com os corretores de seguros contratados pela COSERN está demonstrado a seguir:

Riscos (1)	Data da vigência	Importância	Prêmio
Riscos nomeados – Subestações e Usinas	08/10/2009 a 08/10/2010	3.103	7
Riscos nomeados – Imóveis próprios e locados	08/10/2009 a 08/10/2010	1.693	4
Responsabilidade Civil Geral –Operações	08/10/2009 a 08/10/2010	-	7
Veículos	08/10/2009 a 08/10/2010	-	2

Os seguros da COSERN são contratados conforme a respectiva política de gerenciamento de riscos e seguro vigente.

Riscos nomeados – imóveis próprios, locados (de/ou para terceiros), almoxarifados e subestações - pela apólice contratada estão cobertos os principais equipamentos das subestações, com seus respectivos valores segurados e limites máximos de indenização. Tem cobertura securitária básica contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra danos elétricos.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais da COSERN. O Limite Máximo de Indenizações - LMI contratado para a Apólice de Responsabilidade Civil Geral da COSERN é de R\$ 2.000, aplicado por sinistro ou série de sinistros resultantes de um mesmo evento. A soma de todas as indenizações e despesas pagas pela apólice de Responsabilidade Civil Geral em todos os sinistros reclamados durante a vigência, não poderá exceder, em hipótese alguma, ao limite agregado de uma vez e meia a importância segurada, ou seja, ao valor de R\$ 3.000.

Transporte (Nacional e Internacional) – garante o pagamento de uma indenização ao segurado caso os bens (novos ou usados) em trânsito, transportados através das vias marítimas, fluviais, lacustres, aéreas, rodoviárias ou ferroviárias; devidamente averbados, sofram uma avaria (sinistro), em qualquer localidade do território nacional (transporte nacional) ou no exterior (transporte internacional).

Veículos – coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, casco e acidentes pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por sete dias em caso de sinistro ou roubo. Os Veículos são segurados a valor de mercado, tomando como base a “Tabela Fipe”, não tendo um valor fixo a título de importância segurada.

## 42 QUESTÕES AMBIENTAIS

A gestão ambiental fundamenta-se na adoção de práticas ambientalmente sustentáveis que minimizem os impactos ambientais nos recursos naturais. Reduzir o impacto ambiental causado por suas atividades sobre o meio ambiente faz parte das estratégias da COSERN. Dentre as ações mais relevantes em 2009 destacam-se:

- a) Realização da Semana do Meio Ambiente em parceria com a Universidade Potiguar - UnP, com palestras no campus da UnP - Mossoró e no auditório da COSERN em Natal, além de distribuição de mudas de plantas medicinais. No dia 6 de junho de 2009, os funcionários participaram de caminhada ecológica e do plantio de mudas de árvores nativas no Parque da Cidade do Natal. Em Natal, Mossoró e Caicó foram ministrados cursos de Educação Ambiental para funcionários de Manutenção da empresa e prestadoras de serviço. Quanto à expansão do sistema, obteve-se o licenciamento ambiental para a construção das Subestações Passagem de Areia e Barrocas. Em relação à gestão de resíduos, se destaca a implantação do programa Logisverde que visa o reaproveitamento da madeira das bobinas dos condutores adquiridos pela empresa.
- b) Foi desenvolvido o Programa de Eficiência Energética 2008/2009 (PEE 2008/2009), com destaque para o Projeto de Energia Social que realizou a troca de fiação em 1.500 residências de baixa renda; a substituição de 3.000 refrigeradores ineficientes através da venda subsidiada (COSERN 60% e cliente 40%) e a troca de 60.000 lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes compactas. Ainda integrando o PEE 2008/2009, foi realizado o diagnóstico com vistas a promover a efficientização das instalações elétricas do prédio da Secretaria de Educação e Cultura, do Centro Federal de Ensino Tecnológico - CEFET-RN, do Hospital Universitário Onofre Lopes e de pequenas entidades filantrópicas.

Outras ações pertinentes à Política de Meio Ambiente da COSERN no sentido de prevenção e minimização dos impactos ambientais causados pelo desempenho das atividades estão em curso, tais como: rede compacta ou isolada; redes urbanas de 69kV com postes de altura superior a copa das árvores; poda de árvores, dentre outros.

	Ativos		Resultado	
	2009	2008	2009	2008
Recursos aplicados	481	185	2	2